

**PROJETO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS - CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL**

Aprovado pela Câmara de Pesquisa e Pós-graduação da UFRB em reunião ordinária ocorrida em 24 de julho de 2023. Peça integrante do processo eletrônico número 23007.00004149/2023-71

Cruz das Almas – BA
Julho de 2023

Apresentação

Em 2023 o Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social – Curso de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - completou 12 anos de existência. O presente documento, que contempla a atualização do Projeto Pedagógico do Programa, busca atender adequações ao percurso formativo do Curso de Mestrado Profissional indicadas pelo corpo docente e discente do Programa, com base na realidade dinâmica do mundo do trabalho. O documento foi elaborado seguindo orientações contidas na Instrução Normativa 005/2017 da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação – PPGCI da UFRB, bem como a Resolução 024/2018 – Anexo III do Conselho Acadêmico da UFRB, tendo como subsídios os resultados de processos de autoavaliações internas e da última Avaliação Quadrienal (2017-2020) conduzida pela CAPES e publicados na Plataforma Sucupira.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Composição do Corpo Docente do PPGPP em novembro de 2022	17
Quadro 2: Grupos de pesquisa de vinculação de docentes e discentes por Linha de Pesquisa	24
Quadro 3: Relação entre componentes curriculares do PPGPP e componentes curriculares ofertados por docentes do Programa em cursos de graduação.....	25
Quadro 4: Itinerário formativo do PPGPP.....	29
Quadro 5: Relação de componentes curriculares referenciais por docente do Programa	56
Quadro 6: Títulos e ementas de componente curriculares originais de equivalência com atuais	59
Quadro 7: Componentes curriculares e atividades obrigatórias originais e atuais para fins de equivalência	64

SUMÁRIO

1. Identificação e aspectos organizacionais gerais do Programa.....	06
1.1. Vínculo Institucional.....	06
1.2. Outras Unidades da UFRB e instituições atualmente envolvidas na constituição do corpo docente.....	06
1.3. Identificação do Programa	06
1.4. Curso oferecido	06
1.5. Endereço, contato e informações	06
1.6. Reformulações do Projeto Pedagógico.....	07
1.7. Normativos Institucionais de suporte ao Projeto Pedagógico.....	07
1.8. Duração do curso.....	07
1.9. Vagas a serem oferecidas a cada seleção	07
1.10. Admissão de discentes.....	08
1.11. Matrícula, transferência e desligamento de discentes.....	08
2. Histórico e contextualização do Programa.....	08
3. Missão do Programa	11
4. Área de Concentração e Linhas de Pesquisa	11
4.1. Área de Concentração: Gestão de Políticas Públicas	11
4.2. Linha de Pesquisa 1 – Gestão de Políticas Sociais e Educacionais	11
4.3. Linha de Pesquisa 2 – Gestão de Políticas Ambientais.....	12
4.4. Linha de Pesquisa 3 – Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação	13
5. Objetivo do Curso	14
5.1. Objetivo Geral	14
5.2. Objetivos Específicos	15
6. Perfil dos Egressos	15
7. Corpo Docente	17
8. Infraestrutura Disponível.....	19
9. Integração e cooperação com outros Programas e Centros de Pesquisa	21
10. Inserção e impacto regional e/ou nacional do Programa.....	22
11. Internacionalização do Programa	23
12. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na Graduação.....	24
13. Relação com a Extensão e visibilidade do PPGPP	25
14. Relação com a Educação Básica	28
15. Itinerário Formativo.....	29
15.1. Descrição dos componentes curriculares	30
15.1.1. Componentes curriculares de natureza obrigatória vinculados à Área de Concentração.....	30
15.1.2. Componentes curriculares optativos vinculados à Linha de Pesquisa 1 – Gestão de Políticas Sociais e Educacionais.....	34
15.1.3. Componentes curriculares optativos vinculados à Linha de Pesquisa 2 – Gestão de Políticas Ambientais.....	38
15.1.4. Componentes curriculares optativos vinculados a Linha de Pesquisa 3 – Gestão de Políticas de CT&I.....	43

15.1.5. Componentes curriculares optativos de caráter transversal as três linhas de pesquisa do PPGGPP	52
15.2. Componentes curriculares cursados em mobilidade acadêmica	52
15.3. Descrição das atividades obrigatórias a serem cumpridas para integralização curricular	52
15.3.1. Detalhamento da atividade obrigatória Formação Continuada sobre Gestão de Políticas Públicas em Contextos Profissionais	54
16. Consolidação de encargo docente por componente curricular/atividades obrigatórias	56
17. Metodologia de Ensino	57
18. Avaliação da aprendizagem, orientação/acompanhamento do discente e banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso	58
19. Equivalências de componentes e atividades curriculares	59
19.1. Alteração em títulos/ementas de componentes curriculares	59
19.2. Equivalências de componentes e atividades curriculares	63
20. Migração dos discentes para o currículo novo	64
21. Planejamento Estratégico do Programa	65
22. Política de Autoavaliação do PPGGPP	65
23. Estratégia de acompanhamento do egresso	67
APÊNDICE 1 - Termo de Solicitação de Migração do Currículo de Ano de Referência 2010 para o Currículo de Ano de Referência 2023 do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	68
APÊNDICE 2 - Planejamento estratégico do PPGGPP para o ciclo avaliativo 2022 – 2025	70
APÊNDICE 3 - Instrução Normativa PPGGPP 02/2021	76
APÊNDICE 4 – Quadro Resumo – Estrutura Curricular	79

1. Identificação e aspectos organizacionais gerais do Programa

1.1. Vínculo Institucional

Instituição Responsável pelo Curso: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

CNPJ: 07.777.800/0001-62

Centro de Ensino: Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB

1.2. Outras unidades da UFRB e instituições atualmente envolvidas na constituição do corpo docente

Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL/UFRB

Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC/UFRB

Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS/UFRB

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

1.3. Identificação do Programa

Nome Anterior do Programa: Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social – PPGPPSS

Novo Nome: **Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas - PPGPP**

Coordenadores Atuais: Lys Maria Vinhaes Dantas (Titular) e Alexandre Americo Almassy Junior (Vice)

Código do Programa na CAPES: 28022017008P0

Área de Avaliação na CAPES: Ciência Política e Relações Internacionais

Área Básica de Conhecimento na CAPES: Políticas Públicas (70904006)

1.4. Curso oferecido

Modalidade de Curso: Mestrado Profissional

Modalidade de Oferta: Presencial

Data de Início: 01/01/2011

Nota do curso na Avaliação Quadrienal CAPES (2013-2016): 3

Nota do curso na Avaliação Quadrienal CAPES (2017-2020): 4

1.5. Endereço, contato e informações

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas

Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Rua Rui Barbosa, 710 – Campus Cruz das Almas da UFRB

Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB - UFRB - Campus Universitário
Rua Rui Barbosa 710, Centro - Cruz das Almas – BA - Brasil.
CEP 44380-000. Tel. +55 75 36216366

CEP: 44380-000

Home-Page: <https://www.ufrb.edu.br/mpgestaoppss/>

E-mail institucional: mp_gppss@ccaab.ufrb.edu.br

Telefone Institucional: 75-3621-6366

Instagram: @ppggppss

1.6. Reformulações do Projeto Pedagógico

O presente documento trata da primeira reformulação do Projeto Pedagógico de Curso do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da UFRB, cujo APCN foi aprovado pela CAPES em 2010, dando origem ao curso implantado em 2011.

1.7. Normativos Institucionais de suporte ao Projeto Pedagógico

Resolução 024/2018 – Anexo III do Conselho Acadêmico da UFRB

Instrução Normativa 005/2017 da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação – PPGCI
Regimento Interno do PPGGPP

1.8. Duração do curso

Para fins de integralização curricular será considerado o momento da primeira matrícula na condição de estudante regular, respeitando o limite entre 12 (doze) meses e 24 (vinte e quatro) meses, incluídos a entrega e o julgamento do Trabalho de Conclusão de Curso. Eventual prorrogação, mediante análise do Colegiado, poderá expandir ao prazo máximo de 30 meses. Para o cálculo dos prazos estabelecidos será considerado mês 1 (um), aquele mês de registro da primeira matrícula na condição de estudante regular no PPGGPP.

O Regimento Interno do Programa normatizará os procedimentos em casos de pedidos de prorrogação do prazo de conclusão do curso.

1.9. Vagas a serem oferecidas a cada seleção

Serão oferecidas a cada seleção anual aos discentes regulares 20 vagas para o curso de Mestrado, podendo este número ser acrescido pelo Colegiado do Programa para atender demanda de vagas ociosas e capacidade instalada de orientação. A oferta de vagas para o processo seletivo anual de discentes especiais será definida pelo Colegiado do Programa.

1.10. Admissão de discentes

A admissão de novos discentes pelo PPGPP será conduzida mediante edital de seleção, que deverá indicar o público-alvo, o período de inscrições, o semestre de ingresso específico, o número de vagas para o curso, a documentação necessária à inscrição, a metodologia e etapas do processo seletivo e as primeiras orientações para os candidatos selecionados. Antes de sua publicação, o edital de seleção será submetido à análise dos setores competentes da UFRB, conforme Regimento Interno do Programa e marco regulatório em vigência. A seleção de novos discentes do PPGPP será anual, tanto para regulares quanto para especiais. A admissão de candidatos estrangeiros, candidatos à categoria de Aluno Especial, discentes de outros Programas em mobilidade acadêmica, bem como possíveis editais de processos seletivos específicos para instituições parceiras serão definidos no Regimento Interno do PPGPP.

1.11. Matrícula, transferência e desligamento de discentes

A matrícula de discentes novos e veteranos, regulares e especiais, brasileiros ou estrangeiros ocorrerá, obrigatoriamente, nos prazos estabelecidos em calendário acadêmico vigente na UFRB para a Pós-Graduação, ficando ainda sujeita à análise documental pela Superintendência de Registro das Atividades Acadêmicas - SURAC. Os processos de trancamento de matrícula e de desligamento de discente estarão estabelecidos em Regimento Interno do PPGPP, consoante o marco regulatório em vigência.

2. Histórico e contextualização do Programa

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi criada em 2005 com base no campus de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Cruz das Almas – Bahia, que abrigou sua sede administrativa e dois Centros de Ensino: o de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB e o de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC.

A proposta de criação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPSS) da UFRB foi submetida à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, órgão que regulamenta a Pós-graduação no país, em 2010. O mestrado profissional iniciou suas atividades em janeiro de 2011.

Historicamente, o PPGPPSS se originou de inquietações comuns na Gestão Pública, tais como a tensão entre eficiência e equidade pública; os desafios da gestão pública compartilhada e em rede, sem perder o foco na ação local; a articulação e complementaridade entre as diferentes esferas de governo; os desafios da gestão pública intersetorial ou transetorial e da flexibilização dos programas e serviços públicos. Por tudo isso, o PPGPPSS foi concebido como um curso de natureza curricular multidisciplinar.

Desde sua origem o Programa desenvolve pesquisas relacionadas ao papel do Estado nas sociedades modernas e suas diferentes finalidades, tais como: a promoção do bem-estar social; a conservação e o desenvolvimento da comunidade, incluindo a regulamentação geral da educação, saúde pública, assistência social; as funções de regulação, proteção e controle, bem como de garantia dos direitos humanos. Portanto, o Programa se preocupa com a segurança social, que pode ser compreendida como compromisso que requer uma modernização da administração pública, cuja meta seria a melhoria da qualidade de sua prestação de serviços à sociedade; com aprimoramento dos mecanismos de controle social, permitindo à sociedade um melhor controle da administração pública; com o combate ao patrimonialismo e ao clientelismo; com a racionalização e a otimização do uso dos recursos públicos; com a priorização e a modernização do gerenciamento público; com o incentivo à criatividade e ao empreendedorismo dentro do setor público, observando regras democráticas de gestão e a valorização do servidor público. Esses aspectos foram contemplados ao longo da trajetória do Programa mais diretamente nos trabalhos conduzidos na Linha de Pesquisa de Gestão em Segurança Social.

O conceito de desenvolvimento adotado na concepção do mestrado compreende que são necessárias novas políticas sociais, possíveis somente se baseadas em uma perspectiva ligada à sustentabilidade que implica em: melhor distribuição econômica; melhor dinâmica social promotora de uma cidadania ativa que favoreça a coesão; melhor gestão do território e do ambiente; maior incentivo que compatibilize expectativas de ascensão social às exigências do crescimento econômico e as limitações do meio ambiente; melhoria dos aspectos de qualidade de vida da população e exploração sustentável dos recursos naturais, entre outros. Esses aspectos são aprofundados em estudos conduzidos na linha de Pesquisa de Gestão de Políticas Ambientais.

É oportuno considerar na moldura conceitual deste mestrado a inclusão da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) como pressuposto para o desenvolvimento regional do Recôncavo Baiano. Nessa conjugação de CT&I a Inovação é uma introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que pode resultar em novos processos, bens ou serviços inovadores: resultado de aplicação substancial de conhecimentos científicos e tecnológicos, demonstrando um diferencial competitivo no mercado ou significativo benefício social. O conceito de inovação estabelece uma nova relação público-privada entre governo, universidade e agentes econômicos e sociais, a qual pressupõe a construção de um novo marco legal para o financiamento público da CT&I, processo implementado no Brasil por meio da promulgação da Lei de Inovação. Esses aspectos são explorados nos trabalhos conduzidos na Linha de Pesquisa de Gestão de Políticas de CT&I do Programa.

Ao longo de seu período de funcionamento, o PPGPPSS desenvolveu pesquisas que buscaram soluções aos problemas da prática de gestão pública, gerando inovação e novos conhecimentos dentro de uma abordagem caracteristicamente interdisciplinar. O Programa buscou até o momento convergir as suas escolhas estratégicas de agendas de pesquisa tratando de temáticas ligadas às políticas públicas em diferentes áreas do conhecimento. Os trabalhos finais dos discentes têm auxiliado o Programa a alcançar seu foco de estudar fatores que permitam a superação das desigualdades entre o Recôncavo da Bahia e outras regiões; fortalecer a coesão, a identidade e unidade no Recôncavo, para subsidiar as

ações de desenvolvimento regional com a valorização da riqueza da diversidade cultural da população. Outra tendência relevante do Programa, que vem sendo trabalhada, abrange a identificação e a definição de agendas de pesquisa que promovam estudos sobre o uso sustentável dos recursos naturais e a integração do Recôncavo. Ao longo de seu período de funcionamento, o Programa buscou verificar como as políticas públicas interferem na economia e nas sociedades considerando as relações entre o Estado, política, economia e sociedade.

No período de 2017 a 2020 o PPGPPSS realizou reformulações e atualizações em prol de seu fortalecimento. Foram promovidas ações relacionadas à autoavaliação do mestrado e elaboração de seu Planejamento Estratégico para o próximo ciclo avaliativo da CAPES.

Seguindo normativa interna da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação – CPPG/UFRB os Programas de Pós-graduação foram instados a proceder a revisão e atualização de seus projetos APCN e a elaborarem os Projetos Pedagógicos dos Cursos. Mesmo antes dessa exigência institucional requerida pela CPPG, o PPGPPSS já havia designado, em 2018, uma Comissão responsável por tal processo. Dessa forma, esta Comissão consultou os resultados da Avaliação Trienal da CAPES (2010-2012) e Quadrienal (2013 – 2016), além dos resultados parciais que compuseram os relatórios da Quadrienal 2017 – 2020, enviados a CAPES em 2021. A consulta a tais documentos permitiu que a Comissão propusesse ações de ajustes no percurso formativo do curso, conforme as recomendações avaliativas. Além das consultas aos relatórios do processo avaliativo da CAPES, a Comissão também considerou os instrumentos de autoavaliação que o programa aplicara junto a discentes e docentes em anos anteriores, porém que não haviam ainda sido sistematizados para que seus resultados fossem utilizados como subsídio ao processo de reformulação/atualização dos marcos regulatórios do Programa. No período de 2019 a 2021, a Comissão deu continuidade ao processo e avançou com a revisão da área de concentração, linhas de pesquisa, propostas de novas disciplinas obrigatórias e optativas, perfil do egresso, normatização da qualificação, melhor definição das modalidades de trabalhos de conclusão de curso admitidos no Programa e atualização do nome do Programa. Paralelo a este processo percebeu-se a necessidade de concluir repactuação de vínculos juntos aos docentes do mestrado, posto que o descredenciamento de docentes e credenciamento de novos professores traria impacto direto à proposta de Projeto Pedagógico do Programa. Tal processo foi concluído em 2021.

Conforme citado uma das mudanças relevantes que está sendo proposta neste documento é a atualização do nome do Programa. Propõem-se a supressão da expressão “Segurança Social” do nome do Programa, pois ela não exprime, adequadamente, a vocação deste mestrado. Considerou-se a opção de substituir tal expressão por “Seguridade Social”, mais adequada ao escopo do curso, porém ponderou-se que ao proceder tal ajuste, incorreríamos no risco de ampliar o destaque de uma das linhas de pesquisa do programa em detrimento das demais. Assim, considerando as sugestões da comunidade acadêmica do Programa, optou-se por nova denominação do curso: **Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas**, adotando a sigla **PPGPP**. Esta nova denominação e sigla do Curso será adotada no decorrer deste documento.

3. Missão do Programa

O Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas - PPGPP da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, modalidade mestrado profissional, possui a seguinte MISSÃO:

Contribuir para o aprimoramento qualificado de profissionais atuantes no desenvolvimento de políticas públicas de cunho social, ambiental e científico-tecnológico, valorizando a inovação da gestão pública nas esferas municipal, estadual, federal e não governamentais.

4. Área de Concentração e Linhas de Pesquisa

O PPGPP está estruturado com uma única área de concentração e três linhas de pesquisa descritas a seguir:

4.1. Área de Concentração: Gestão de Políticas Públicas

O Programa possui uma única Área de Concentração, a mesma do eixo temático do curso, ou seja, Gestão de Políticas Públicas (em substituição a antiga Área de Concentração denominada Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social), que tem como proposta de trabalho contribuir para a renovação conceitual e instrumental da ação pública, visando seu desenvolvimento, no contexto da transformação do papel do Estado e de suas políticas, levando-se em conta as estratégias inovadoras de diferentes atores sociais. Em sua concepção, a Área de Concentração foi delineada de forma a envolver conhecimentos interdisciplinares organizados em três linhas de pesquisa: Linha 1 - Gestão de Políticas Sociais e Educacionais (em substituição a antiga Linha 1 - Gestão em Segurança Social); Linha 2 - Gestão de Políticas Ambientais e Linha 3 - Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Cada linha de pesquisa possui dois Projetos Estruturantes que congregam a maioria dos esforços de produção do Programa.

4.2. Linha de Pesquisa 1 – Gestão de Políticas Sociais e Educacionais

A linha tem como objetivo a compreensão do desenvolvimento das políticas públicas entendidas a partir da relação entre a ação governamental e os processos econômicos e políticos. São abordadas as políticas públicas de corte social e a relação com o desenvolvimento local, bem como o papel do Estado frente às demandas do cidadão na concepção, implementação, avaliação e gestão das políticas públicas. Envolve estudos e pesquisas sobre as políticas sociais e educacionais voltadas à redução das desigualdades e inclusão social. Trata também de temas que envolvem a gestão e avaliação da educação básica, superior, profissional, tecnológica e à distância, bem como das instituições educacionais.

Síntese do Projeto Estruturante L1A: Gestão e Avaliação de Políticas Educacionais

Este projeto de pesquisa estruturante se debruça sobre três dimensões fundamentais para compreensão dos projetos em torno dos quais as políticas educacionais são alicerçadas: (I) a da Gestão, (II) a da (Meta) Avaliação e (III) a da Inovação, com vistas à construção de propostas alternativas às políticas focalizantes que têm sido levadas a efeito na contemporaneidade. Consoante ao exposto, o objetivo da pesquisa é analisar as políticas educativas, do ponto de vista do planejamento, gestão, avaliação de impactos e das perspectivas do potencial de inovação que podem emergir das instituições e dos agentes operadores das políticas.

Síntese do Projeto Estruturante L1B: Gestão e Avaliação de Políticas Públicas de Seguridade Social e Desenvolvimento

Este projeto tem como foco os processos de desenvolvimento e de gestão e avaliação de políticas públicas de seguridade social - saúde, assistência social e previdência social -, abrangendo trabalho e renda, economia solidária, turismo, cultura, associativismo e cooperativismo entre outras. As pesquisas são desenvolvidas a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas, englobando estudos sobre formulação, implementação, avaliação, burocracias, instrumentos, intersectorialidade, gestão dos sistemas federativos de políticas públicas - SUAS e SUS-, análise de programas e projetos, entre outros. Envolve, ainda, estudos sobre gestão de organizações governamentais, não-governamentais, sociedade civil, empresas, associações, cooperativas, organizações internacionais, sistemas de governança e redes que atuam enquanto atores de políticas públicas e na promoção do desenvolvimento e da cidadania. Todas as investigações têm como finalidade colaborar para o avanço científico e/ou de tecnologias de gestão que propiciem o aprimoramento das organizações, das políticas públicas e do desenvolvimento socioterritorial.

4.3. Linha de Pesquisa 2 – Gestão de Políticas Ambientais

Esta linha de pesquisa tem por objetivo desenvolver projetos que visem à formação nas áreas técnicas e científicas sobre a gestão de políticas públicas ambientais, de forma interdisciplinar, articuladas de modo coeso, com conhecimentos científicos sobre meio ambiente e políticas sociais, planejamento e gestão ambiental, legislação ambiental, educação ambiental e problemas ambientais regionais. Este entrelaçamento de diversas áreas relevantes dentro da área ambiental visa permitir, aos profissionais interessados nesta linha de pesquisa, o desenvolvimento de uma visão integral dos problemas ambientais, bem como capacitá-los para formularem estratégias voltadas à sustentabilidade em suas atividades laborais. O desenvolvimento de instrumentos, procedimentos e/ou estratégias de ações ambientalmente adequadas e socialmente referenciadas, aliando desenvolvimento econômico e sustentabilidade, é a proposta investigativa desta linha.

Síntese do Projeto Estruturante L2A: Gestão e Desenvolvimento de Políticas Públicas Socioambientais

O projeto abarca ações de pesquisa, extensão e inovação que atendam demandas de municípios e/ou grupos de organizações regionais/territoriais/locais da Bahia, com destaque ao Recôncavo da Bahia, especialmente aquelas relacionadas ao contexto da proposição, implementação, avaliação e aprimoramento das políticas socioambientais; desenvolvimento social e rural; gestão de unidades de conservação; fortalecimento de conselhos gestores; e interesses socioambientais diversos dos municípios e demais grupos sociais. De modo geral, as ações são conduzidas por meio de processos participativos típicos da educação ambiental e que possibilitam permanente diálogo com o Poder Público. Visa o desenvolvimento de instrumentos, procedimentos, tecnologias e/ou estratégias de ações ambientalmente adequadas e socialmente referenciadas, relacionando aspectos econômicos, educacionais, políticos e sociais à sustentabilidade ambiental.

Síntese do Projeto Estruturante L2B: Desenvolvimento da Gestão e Planejamento Ambiental

Abarca ações de pesquisa, extensão e inovação que exploram o desenvolvimento de políticas públicas e melhorias de práticas gestionárias para alcançar a salubridade ambiental, urbana e rural, que atendam demandas regionais/territoriais/locais dos municípios da Bahia, com destaque para a Região do Recôncavo. Destaca-se o abastecimento de água potável; coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos; a promoção da disciplina sanitária de uso do solo; a recuperação de áreas degradadas; a drenagem pluvial urbana, e demais serviços e obras correlacionados, tendo por foco a promoção ambiental e a produção mais sustentável. Visa o desenvolvimento de programas e projetos institucionais de caráter público, mas também a avaliação e/ou aprimoramento de instrumentos, procedimentos e/ou estratégias para uma qualificada tomada de decisões públicas.

4.4. Linha de Pesquisa 3 – Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação

Esta linha de pesquisa tem o objetivo de aprimorar e qualificar recursos humanos para a gestão das ações de governo, das empresas e das organizações não governamentais em ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Realiza estudos aplicados, técnicos e profissionais de gestão em organizações públicas, desde a concepção das políticas de ciência, tecnologia e inovação (PCTI) na esfera federal, no nível das grandes agências de fomento e ministérios, até a gestão da aplicação dos recursos recebidos por órgãos dos poderes federal, estadual e municipal e por todas as formas de organizações, passando por uma atuação ao longo das cadeias que constituem o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação (SNCTI). Analisa a CT&I como um dos eixos estruturantes do desenvolvimento nacional, a articulação entre as políticas de CT&I com as demais políticas de Estado e entre os vários atores do SNCTI, gestão de ecossistemas de inovação; avaliação de indicadores de CT&I; estudos das relações entre ciência, tecnologia e a sociedade; inovações das organizações públicas em produtos e serviços e gestão de políticas sustentáveis em CT&I.

Síntese do Projeto Estruturante L3A: Inovações Tecnológicas e Políticas Públicas

Tem por objetivo contemplar, via implementação de subprojetos, a proposição, implementação e avaliação de inovações tecnológicas que contribuam de maneira efetiva para o desenvolvimento regional, o bem-estar, a cidadania, e a qualidade de vida - que envolve os setores de Saúde, Educação, Saneamento básico, Segurança hídrica, Tecnologia Assistiva, Acessibilidade, entre outros. Considerando-se que o processo de inovação passou a depender cada vez mais de interações de cunho social, este projeto compreende atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que visam à sinergia entre tecnologias inovadoras – dispositivos, ferramentas, processos, técnicas e metodologias – e a implementação de políticas públicas. As atividades conduzidas neste projeto visam ampliar o alcance de políticas públicas, pretendendo solucionar problemas essenciais, promover a cidadania, fomentar a inclusão e melhorar as condições de vida dos indivíduos.

Síntese do Projeto Estruturante L3B: Planejamento, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas em CT&I

Reúne pesquisas relacionadas à concepção, planejamento, gestão e avaliação das políticas públicas de CT&I ao longo das cadeias que constituem o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Os temas abordados estão relacionados à questões sobre a gestão integrada da inovação, os ecossistemas de inovação, economia da tecnologia e gestão das políticas públicas de CT&I; inovação e competitividade; economia e gestão de finanças públicas de CT&I; gerenciamento e avaliação de projetos públicos de CT&I; gestão orçamentária e financeira de organizações e projetos públicos de CT&I; tecnologias da comunicação e da informação aplicadas aos estudos de políticas públicas de CT&I, além de políticas públicas de CT&I como um dos eixos estruturantes do desenvolvimento local, regional e nacional.

5. Objetivo do Curso

5.1. Objetivo Geral

O Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas (PPGGPP) tem por objetivo principal formar profissionais de diferentes áreas do conhecimento científico, aptos a atuar no campo da gestão de políticas sociais, ambientais, educativas, de ciência, tecnologia e inovação, em órgãos governamentais (federal, estadual e municipal) e não governamentais, promovendo soluções para problemas sociais contemporâneos que afetam a população, por meio da mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes, manifestos pela capacidade de análise, reflexão, crítica e pesquisa, com vistas à proposição, ao monitoramento e à avaliação de ações estratégicas capazes de garantir padrões efetivos de qualidade aos serviços públicos, pautados em boas práticas de gestão pública e nos princípios da equidade e justiça social, sob uma perspectiva democrática, ética, humanista, identitária, sustentável e de respeito à diversidade sociocultural.

5.2. Objetivos Específicos

Para atingir seu objetivo geral, as atividades formativas, investigativas e de inovação tecnológica desenvolvidas no âmbito do PPGPP são norteadas pelos seguintes objetivos específicos:

- Analisar cenários emergentes que afetam órgãos governamentais e não governamentais, por meio de estudos e produções de evidências científicas que indiquem alternativas para os desafios enfrentados na área de Políticas Públicas;
- Contribuir com a melhoria da qualidade das políticas públicas desenvolvidas pelos Estados, em regime de colaboração, levando em conta as especificidades dos ambientes político, econômico, social e institucional;
- Aplicar modelos teóricos à proposição de agendas públicas, forma de implementação e avaliação de políticas públicas de interesse dos órgãos governamentais e não-governamentais e dos cidadãos usuários dos serviços públicos;
- Fomentar nos gestores de políticas públicas o desenvolvimento da reflexão, da crítica, da análise e da proposição de agendas, implementação e avaliação de políticas governamentais e não-governamentais de interesse público, por meio do debate qualificado e da adoção de instrumentos democrático-participativos, considerando a importância do diálogo e do respeito à pluralidade de ideias dos agentes públicos e da população em geral;
- Produzir informações e construir bancos de dados com potencial de contribuir no processo de gestão, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, bem como da elaboração de indicadores e metas às políticas públicas multissetoriais;
- Realizar estudos e pesquisas baseadas em evidências científicas e em boas práticas de gestão e governança de órgãos públicos, capazes de garantir a melhoria dos processos de intervenção e dos produtos tecnológicos;
- Estabelecer parcerias com diferentes órgãos públicos e organizações sociais que atuam na área pública, com foco na resolução de problemas tardios e/ou emergentes, que afetam os usuários dos serviços públicos.

6. Perfil dos Egressos

O perfil do egresso em programas profissionais se caracteriza, de maneira geral, por profissionais qualificados ao exercício da prática avançada e transformadora no campo de públicas, visando atender demandas sociais, organizacionais ou relacionadas ao mercado de trabalho.

Dada a natureza dos programas profissionais de pós-graduação, espera-se que seus egressos se destaquem pela capacidade de gerar conhecimento baseado em pesquisa aplicada e pela transferência de tecnologias inovadoras capazes de gerar soluções para problemas em seu campo/segmento de atuação, atendendo demandas específicas do desenvolvimento nacional, regional ou local.

Nessa perspectiva, o PPGPP possui como público-alvo servidores públicos das três esferas de governo (municipal, estadual e federal), além de agentes políticos com atuação na gestão do serviço público, ligados aos poderes executivo, legislativo e judiciário e, eventualmente, gestores que ocupam cargos eletivos, em que o gerenciamento de políticas públicas se evidencia como interesse e prática cotidiana.

Também são público-alvo do PPGPP os profissionais que desejam ingressar na gestão pública municipal, estadual ou federal; portadores de diploma do ensino superior, que pretendam se especializar em gestão pública; prestadores de serviços públicos; consultores credenciados e servidores das agências conveniadas no exercício das atividades delegadas e profissionais vinculados a instituições do terceiro setor.

Do ponto de vista da formação acadêmica e do exercício profissional propriamente dito, pretende-se que o egresso do PPGPP:

- a) Compreenda os problemas públicos, identificando as causas e promovendo soluções efetivas através da realização de estudos, pesquisas e evidências científicas, capazes de orientar a tomada de decisões para a formulação de propostas e a implementação e avaliação de ações na área pública.
- b) Desenvolva suas funções gerenciais na implementação de políticas públicas e na perspectiva do desenvolvimento da instituição na qual exerce o seu ofício profissional, pautadas em boas práticas de gestão voltadas ao setor público.
- c) Articule diferentes órgãos e atores públicos com vistas à construção de agendas coletivas, pautadas no regime de colaboração e no compromisso mútuo entre os órgãos responsáveis pelas políticas públicas.
- d) Elabore políticas públicas baseadas em metas e indicadores de qualidade socialmente referenciados, levando em conta as necessidades da população, a capacidade instalada dos órgãos e a racionalização dos recursos públicos.
- e) Estimule a partilha de experiências exitosas na gestão de políticas públicas (identificação e análise de problemas públicos, planejamento de ações, implementação – de programas, projetos, processos, sistemas, produtos, serviços, banco de dados, consultoria, etc. – gestão, monitoramento e avaliação), assumindo a posição de liderança e atuando na gestão do conhecimento acumulado no setor público em que atua.
- f) Avalie políticas públicas, visando à qualidade de vida da população usuária dos serviços ofertados pelas esferas de governo, bem como pelas organizações sociais que atuam em parceria ou na prestação de serviços ao setor público.
- g) Atente para as inovações no campo da gestão de políticas públicas, buscando aprendizagem e desenvolvimento profissional contínuos.

Portanto, o PPGPP assume, no processo formativo de seus egressos, o princípio democrático-participativo e se inspira em valores humanísticos, para que sejam capazes de atuar com ética e

compromisso público, ao defender a plenitude da cidadania, por meio do acesso aos direitos fundamentais pelos usuários dos serviços públicos.

7. Corpo Docente

O corpo docente permanente do PPGPP é composto por profissionais altamente qualificados e portadores de título de doutor, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1: Composição do Corpo Docente do PPGPP em novembro de 2022

Nome/ Vinculação ao PPGPP	Titulação	Linha de Pesquisa/ Projetos Estruturantes a que se vincula
Alexandre Américo Almasy Junior/ Docente Permanente	Graduação em Agronomia; mestrado em Extensão Rural e doutorado em Fitotecnia	Gestão de Políticas Ambientais/ L2A
Daiane Loreto de Vargas/ Docente Permanente	Graduação em Tecnologia em Agropecuária; mestrado em Extensão Rural; doutorado em Extensão Rural	Gestão de Políticas Ambientais/ L2A
Edigilson Tavares de Araújo/ Docente Permanente	Bacharel em Administração; mestrado e doutorado em Serviço Social	Gestão de Políticas Sociais e Educacionais/ L1B
Eliene Gomes dos Anjos/ Docente Permanente	Graduação, mestrado e doutorado em Ciências Sociais	Gestão de Políticas Sociais e Educacionais/ L1B
Felipe Rodrigues Bomfim/ Docente Permanente	Graduação em Ciências Econômicas, mestrado em Economia e doutorado em Difusão do Conhecimento	Gestão e Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação/ L3A
Jesus Carlos Delgado Garcia/ Docente Permanente	Graduação em Teologia; mestrado em Ciências Sociais: Sociologia Política; doutorado em Ciências Sociais: Política	Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação/ L3A
João Soares de Oliveira Neto/ Docente Permanente	Graduação e mestrado em Ciência da Computação; doutorado em Engenharia Elétrica e em Computação	Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação/ L3A e L3B
Jorge Antônio Santos Silva/ Docente Permanente	Graduação em Administração de Empresas; graduação em Economia; mestrado em Administração e doutorado em Ciências da Comunicação	Gestão de Políticas Sociais e Educacionais/ L1B
José Pereira Mascarenhas Bisneto/ Docente Permanente	Graduação e mestrado em Administração e doutorado em Geografia (Análise Geográfica Regional)	Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação/ L3B
Lidiane Mendes Kruschewsky Lordelo/ Docente Permanente	Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental; mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano e doutorado em Energia e Ambiente	Gestão de Políticas Ambientais/ L2A e L2B
Lys Maria Vinhaes Dantas/ Docente Permanente	Bacharelado em Turismo e em Engenharia Agrônoma; mestrado em	Gestão de Políticas Sociais e Educacionais/ L1A

	Administração e doutorado em Educação	
Neilton da Silva/ Docente Permanente	Licenciado em Pedagogia; mestrado em Educação e Cultura Contemporânea e doutorado em Educação e Contemporaneidade	Gestão de Políticas Sociais e Educacionais/ L1A
Renato de Almeida/ Docente Permanente	Licenciado em Biologia; mestrado e doutorado em Ciências (Oceanografia Biológica)	Gestão de Políticas Ambientais/ L2A e L2B
Rosineide Pereira Mubarak Garcia/ Docente Permanente	Graduação em Pedagogia; mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências e doutorado em Educação	Gestão de Políticas Sociais e Educacionais/ L1A
Susana Couto Pimentel/ Docente Permanente	Graduação em Pedagogia e em Serviço Social; mestrado em Educação Especial e doutorado em Educação	Gestão de Políticas Sociais e Educacionais/ L1A
Warli Anjos de Souza/ Docente Permanente	Graduação em Engenharia Agrônoma; mestrado em Administração e doutorado em Economia Aplicada	Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação/ L3B

Fonte: Plataforma Lattes/CNPq (2022) /Plataforma Sucupira

Os docentes permanentes deverão dedicar 40 horas semanais à instituição a que se vinculam e no mínimo de 10 horas semanais ao PPGPP. O PPGPP tem autonomia de credenciar novos docentes na categoria de Docente Permanente, Docente Visitante ou Docente Colaborador, conforme regulamentação vigente da CAPES.

Docentes interessados no credenciamento ao Programa devem possuir experiência de pesquisa, desenvolvimento e inovação na Área de Concentração do Programa e em pelo menos uma das Linhas de Pesquisa do mestrado. Devem também acumular experiência comprovada de orientações concluídas (mesmo que inicialmente ao nível de graduação) conforme as recomendações da Área de Conhecimento da CAPES a qual o PPGPP está vinculado. É recomendável que os docentes pleiteantes ao credenciamento como permanentes possuam experiência profissional em atividades ligadas à área da gestão pública. Também é recomendável que o docente permanente possua vivência em educação profissional.

O número máximo de docentes no PPGPP será definido e continuamente revisado pelo Colegiado, assegurando o equilíbrio das linhas de pesquisa para a melhoria da avaliação e do conceito do Programa. O credenciamento e descredenciamento de docentes será norteado pelas orientações detalhadas no Regimento Interno do Programa. O credenciamento de Docente de outras instituições, far-se-á na condição de Docente Permanente ou Colaborador, desde que não prejudique os índices de qualidade do PPGPP. Anualmente, o desempenho dos Docentes é avaliado pelo Colegiado do PPGPP que poderá efetuar o seu reenquadramento nas categorias de Docente ou o seu descredenciamento, considerando o planejamento estratégico do Programa.

8. Infraestrutura disponível

O PPGGPP está vinculado ao Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB - da UFRB e tem como parceiros o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC, o Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL e o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS. Assim, os docentes e discentes se beneficiam de ampla estrutura disposta em diversos Centros da Universidade, em especial laboratórios, bibliotecas e locais para realização de eventos.

No CCAAB, o Programa dispõe de sede com infraestrutura própria, composta por uma sala de uso exclusivo do coordenador, uma pequena sala disponível para reuniões e orientação aos discentes e uma terceira sala para funcionamento da Secretaria do Programa. Esses espaços estão equipados com computadores, impressoras e terminal de telefone fixo. Além disso, o PPGGPP ocupa espaços descentralizados, que favorecem o desenvolvimento de projetos e demais atividades, e acessa até 50 salas de aula dispostas em dois diferentes pavilhões.

A sede administrativa do Programa também dispõe de computadores com acesso à internet disponível aos discentes e docentes, impressoras, scanners, projetores multimídia, DVD Player, telas suspensas e outros equipamentos adequados, incluindo softwares e recursos do Google For Education. Todas as instalações da UFRB têm sistema de internet WI-FI, com livre acesso aos discentes e docentes. O Programa também possui página própria na internet abrigada no portal da UFRB, que disponibiliza as informações sobre o funcionamento do mestrado, bem como acesso a suas produções.

Em relação à infraestrutura para suporte às atividades acadêmicas, o PPGGPP conta com recursos tecnológicos que a UFRB propicia, dentre os quais o Sistema de Gestão das Atividades Acadêmicas - SIGAA, que amplia recursos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, e o Sistema Integrado de Administração – SIPAC, otimizando as condições administrativas disponíveis à gestão do Programa.

A seguir estão relacionados os laboratórios, bibliotecas e auditórios, espaços multiusuários aos quais docentes e discentes do PPGGPP têm acesso nos diversos Centros da Universidade.

LABORATÓRIOS DO CCAAB – CAMPUS CRUZ DAS ALMAS DA UFRB:

Lab. Multifuncionais A3, C2, C3, M5, M6 e N4;

Lab. de Inclusão Digital e Metareciclagem;

Lab. TECSOL – Tecnologia Social;

Lab. Gestão Ambiental e Qualidade da Água;

Lab. de Apoio à Formação de Educadores;

Lab. de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Recôncavo;

Lab. Interdisciplinar de Formação de Educadores;

Núcleo de Agricultura Familiar e Agroecologia – NAF

Além desses, o CCAAB dispõe de dois Laboratórios de Informática, um sediado na Biblioteca Central, com capacidade de 24 estações de estudo, e outro sediado no Pavilhão de Aulas 2, com capacidade para 16 estações de estudo. Ambos ambientes estão disponíveis aos discentes do PPGGPP.

LABORATÓRIOS DO CETEC – CAMPUS CRUZ DAS ALMAS DA UFRB:

Lab. de Engenharia de Software
Lab. de Estruturas de Dados

LABORATÓRIOS DO CAHL – CAMPUS CACHOEIRA DA UFRB:

Lab. Edição de Áudio e Vídeo
Lab. de Pesquisa Social

LABORATÓRIOS DO CETENS – CAMPUS FEIRA DE SANTANA DA UFRB:

Lab. de Tecnologia Assistiva
Lab. Multiusuários

BIBLIOTECAS

O Programa, no CCAAB, conta com o suporte da Biblioteca Central da UFRB, que tem três pavimentos e aproximadamente 4.000 m², salas de estudo, salas de informática para acesso à periódicos, salas de vídeo conferência, auditório para apresentações. A biblioteca conta com 13 servidores que viabilizam seu funcionamento de segunda à sexta, entre 7 e 22 horas.

A Biblioteca Central dispõe de um acervo de mais de 2.500 títulos relacionados às temáticas do Programa, complementados com o sistema COMUT e com acesso via internet a bibliotecas e bases de dados virtuais como Periódicos CAPES, BVS (Biblioteca Virtual e Saúde), Scielo, Scirus, BDTD (Biblioteca de Dissertações e Teses), Rede BiblioSus, Biomed Central, USDA (Departamento de Agricultura Norte-Americano), Embrapa, Agris (FAO), Redalyc, Latindex, Political Database of the Americas, SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), uma robusta rede (contemplando cerca 95% dos periódicos citados pela avaliação de Qualis CAPES da área) que facilita ao estudante de mestrado pesquisar e encontrar artigos relacionados com sua área ou linha de pesquisa.

O discente do PPGGPP também tem acesso aos acervos das bibliotecas do CAHL e do CETENS. Além disso, o Sistema de Bibliotecas da UFRB permite que o discente faça solicitação de obras que encontram-se localizadas em quaisquer das bibliotecas setoriais da Universidade. O discente do PPGGPP também conta com o acesso ao Repositório Institucional por meio de *link* disponível no *site* da Biblioteca da UFRB.

AUDITÓRIOS

O CCAAB possui dois auditórios, sendo um com capacidade para 200 pessoas e outro com capacidade para 125 pessoas, além de um anfiteatro com capacidade para 233 pessoas. Essas estruturas estão disponíveis para suporte a eventos e defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso. Já o CAHL tem em sua estrutura um auditório para 120 pessoas, no Pavilhão Leite Alves.

9. Integração e cooperação com outros Programas e Centros de pesquisa

Atualmente a inserção do PPGPP se mostra mais evidenciada no âmbito local/regional do Recôncavo da Bahia. Essa inserção é parcialmente caracterizada por um protagonismo docente que integra outros Programas de Pós-graduação da UFRB, a saber: Programa de Pós-graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade; Programa de Pós-graduação em Educação do Campo (mestrado profissional vinculado ao CFP/UFRB); e o Programa de Segurança Pública, Justiça e Cidadania (Mestrado Profissional da UFBA). A participação dos docentes do PPGPP nestes outros Programas tem proporcionado a ampliação de redes de articulação para o desenvolvimento de parcerias e favorecimento do ensino, da pesquisa e da extensão entre os programas.

O PPGPP também tem credenciado docentes provenientes de três Centros de Ensino, além do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB, ao qual o curso vincula-se. São eles: Centro de Artes Humanidades e Letras - CAHL; Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC e Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS. Esse aspecto potencializa a capacidade do PPGPP de ampliação das relações de intercâmbio com outros Programas de Pós-graduação ofertados pela UFRB.

O Programa também se beneficia da vinculação de professores permanentes externos à UFRB. Atualmente um docente permanente do Programa está vinculado à Escola de Administração e outro ao Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação, ambos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Um terceiro docente está vinculado ao Departamento de Ciências Humanas – Campus V – da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

O Programa também se beneficia do credenciamento institucional da UFRB junto à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – FAPEX, que tem atuado no apoio ao gerenciamento de projetos de pesquisa, de ensino, de extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da UFRB. Nesse sentido, a FAPEX vem desempenhando um papel fundamental, contribuindo para o crescimento e expansão da UFRB como um todo, mas também do PPGPP, auxiliando na captação de recursos e criando condições necessárias ao fortalecimento das parcerias com agências financiadoras, empresas públicas e demais segmentos interessados em difundir o conhecimento científico e tecnológico.

Outra ação institucional que beneficia o PPGPP é a manutenção pela Coordenadoria de Projetos e Convênios - COOPC, vinculada a Pró-Reitoria de Planejamento da UFRB, de uma publicação da relação atualizada dos Acordos de Cooperação Técnica e Protocolos de Intenções com empresas públicas e privadas, além de Centros de Pesquisa e órgãos de gestão de políticas públicas (federal, estadual e municipal). A relação disponível no sítio eletrônico da COOPC favorece o estabelecimento de termos aditivos a convênios já estabelecidos, sendo possível ampliar articulações de cooperação institucional capitaneadas pelo PPGPP.

10. Inserção e impacto regional e/ou nacional do Programa

Notadamente, o PPGGPP tem expressivo potencial de inserção e impacto regional por tratar-se do único Programa de Pós-graduação de caráter profissional vinculado à Área de Conhecimento de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES em todo estado da Bahia.

Ao longo da trajetória do Programa pode-se constatar que essa inserção regional esteve associada, principalmente, à formação de profissionais que construíram propostas, ferramentas e estratégias com o propósito de aplicá-las e promoverem melhorias em suas instituições de atuação profissional. Em seus processos de autoavaliação foi constatado que muitos dos egressos do PPGGPP retornaram a suas instituições/organizações de origem e promoveram, de alguma forma, mudanças pela introdução de técnicas, instrumentos e conhecimentos capazes de melhorar o desempenho administrativo e outros processos de gestão. Per se, isso representa relevante impacto na sociedade, ainda que tenhamos que considerar seus efeitos em diferentes dimensões.

A transferência de conhecimentos e seus impactos ainda carecem de maior compreensão das múltiplas relações existentes entre as várias dimensões. Em todo caso, o PPGGPP está focado na contribuição e no planejamento de ações para modificar e/ou qualificar demandas e necessidades prementes. É inegável que o PPGGPP tornou-se referência local/regional para muitos servidores do Recôncavo da Bahia, mas também para além desse contexto regional.

Baseados em processos de autoavaliação e também no resultado da última avaliação quadrienal do PPGGPP, que recomendou a adoção de esforços para que o Programa ampliasse as parcerias com instituições, empresas, órgãos públicos e organizações da sociedade civil, foi conduzido levantamento das instituições as quais os egressos e estudantes ativos do Mestrado mantêm vínculo profissional na atualidade. Constatou-se, por exemplo, em 2019, após a realização do I Seminário Interno de Avaliação e Planejamento Estratégico do PPGGPP, que o mestrado tem condições de articular relevante rede de instituições parceiras no estado da Bahia, visando o desenvolvimento de ações conjuntas na área da gestão de políticas públicas.

Assim, em 2020/2021, iniciou a elaboração do Projeto **Rede de Desenvolvimento Profissional da Gestão de Políticas Públicas na Bahia - REDE GPP** que visa congrega os mestres profissionais egressos do PPGGPP e suas respectivas instituições de vínculo. A ideia da **REDE GPP** é proceder o monitoramento da evolução de políticas públicas, especialmente aquelas que foram objeto dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos egressos, em suas respectivas instituições, bem como promover a formação continuada de recursos humanos e a produção e sistematização de conhecimento na área da gestão de políticas públicas. Pretende-se iniciar a etapa piloto da **REDE GPP** por meio da integração destas instituições a partir de 2023. Espera-se que tais esforços possam ampliar a integração e cooperação, especialmente com órgãos de gestão de políticas públicas.

11. Internacionalização do Programa

O PDI 2019 – 2030 da UFRB destacou, como um de seus objetivos, a ampliação de parcerias e organização de grupos e redes de pesquisa e de extensão com instituições estrangeiras, de modo a estruturar e implementar um projeto de internacionalização para a pós-graduação em consonância com uma política de inovação e integração de conhecimentos. Um importante passo foi a apresentação da Resolução CONAC 11/2019, que dispõe sobre a aprovação do Plano Institucional de Inserção Internacional, contendo 03 eixos, 11 metas e 63 ações. Em certa medida, isso também aponta o esforço institucional para buscar a desejada internacionalização.

A própria Home-Page da Superintendência de Assuntos Internacionais da UFRB também registra a existência de pelo menos 24 acordos internacionais e/ou protocolos de intenções com diferentes países (Austrália, Alemanha, Bélgica, México, Reino Unido, Estados Unidos, Espanha, França, Cuba, Moçambique, Portugal, Canadá). Todos esses acordos estão vigentes ou tramitando renovação. Também é válido mencionar que a UFRB participa de quatro Redes e Associações: Associação das Universidades dos Países de Língua Portuguesa – AULP; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP; Associação Brasileira de Educação Internacional – FAUBAI; Organização Universitária Interamericana – OUI. Também há orientação consolidada sobre os programas de mobilidade discente (estrangeiro e da UFRB). Ver <https://www.ufrb.edu.br/supai/>

É imperativo destacar que a UFRB vem envidando esforços ao processo de internacionalização, que pode ser ampliado para além do fomento a programas de mobilidade acadêmica e parcerias interinstitucionais, pois também pode alinhar seus processos para a entrega de seus produtos de maneira qualificada à sociedade. A própria página oficial do PPGPP oferece o serviço de tradução automática para acesso a documentos e informações em cinco diferentes línguas (português, inglês, francês, alemão, espanhol).

Ao longo dos últimos anos o PPGPP empenhou ações pelo desenvolvimento de seu processo de internacionalização. Na quadrienal de 2013 – 2016 o PPGPP canalizou os esforços de internacionalização junto a instituições de países da América Latina e mais especialmente da África, por meio de parceria estabelecida com a Universidade Pedagógica de Moçambique, em Nampula, que permitiu o recebimento de discentes daquela instituição no mestrado; mas também pela participação efetiva de dois professores do Programa em cursos de pós-graduação daquela instituição. Todavia, na quadrienal 2017 – 2020, a equipe gestora do Programa constatou a necessidade de melhor identificação, principalmente junto à comunidade do Programa, de estratégias norteadoras do processo de internacionalização do mestrado.

Definiu-se, desta forma, a necessidade de estabelecer em seu Planejamento Estratégico para o próximo ciclo avaliativo as linhas norteadoras da internacionalização para o Programa, mesmo que isso não impeça as iniciativas individuais de alguns docentes de estabelecer parcerias com instituições estrangeiras de seu interesse, que ocorreu por exemplo quando um docente manifestou interesse em estabelecer a parceria do PPGPP com o Curso de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento da

Universidade de Bayreuth da Alemanha, para desenvolvimento de projetos conjuntos na linha de gestão de políticas ambientais e que vigorou até 2019. Por meio desta parceria o PPGPP forneceu suporte pedagógico a um discente, em atividade de intercâmbio, oriundo do Curso de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento daquela instituição.

12. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na Graduação

A atuação docente abrange, além de ministrar componentes curriculares, a orientação de discentes em seus trabalhos de conclusão de curso e em iniciação científica (PIBIC), iniciação ao desenvolvimento tecnológico e inovação (PIBITI), iniciação à extensão (PIBEX) e iniciação à docência (PIBID), além do Programa de Educação Tutorial (PET). Nesses casos, a orientação envolve discentes bolsistas e voluntários. Estas atividades são importantes para a integração dos estudantes da graduação nos Grupos e Núcleos de Pesquisa relacionados ao PPGPP. Além disso, os professores do Programa também orientam estágios curriculares ofertados na graduação.

A importância da atividade formativa desenvolvida através dos múltiplos programas institucionais (PIBIC, PIBITI, PET etc.) se expressa no significativo ingresso no mestrado de egressos da graduação que passaram por essa experiência. Estas atividades têm desempenhado significativo papel na formação acadêmica e profissional dos graduandos, qualificando-os para sua inserção no mercado de trabalho e, especialmente, para a continuidade de seus estudos na pós-graduação.

Neste panorama, são estratégias de aproximação entre graduação e pós-graduação adotadas pelo PPGPP:

1. Como oferta uma pós-graduação profissional, o PPGPP recebe, como discentes, profissionais que atuam no amplo campo da Gestão de Políticas Públicas. O Programa busca criar, junto a estes pós-graduandos, campo de estágio para os estudantes de graduação da UFRB. Assim, orientados por um docente do Programa, os discentes do PPGPP atuam como supervisores de estágio dos estudantes de graduação, em uma troca enriquecedora para ambos.
2. O PPGPP estimula a ampliação da participação de estudantes da graduação nos projetos conduzidos pelos mestrandos.
3. O PPGPP recomenda a composição plural dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, com docentes do Programa coordenando ou participando, envolvendo os discentes de graduação e de pós-graduação. No Quadro 2 estão relacionados os grupos de pesquisa aos quais se vinculam docentes e discentes do Programa por Linha de Pesquisa:

Quadro 2: Grupos de pesquisa de vinculação de docentes e discentes por Linha de Pesquisa

Linha de Pesquisa	Grupos de Pesquisa certificado pelo CNPq
Linha de Pesquisa 1 – Gestão de Políticas Sociais e Educacionais	Núcleo de Pesquisa sobre Formação para Docência e Ensino Superior Educação, Avaliação e Tecnologias - GEAT Organizações, Gestão e Políticas Públicas - OrGPoP

Linha de Pesquisa 2 – Gestão de Políticas Ambientais	Desenvolvimento de Agricultura Familiar e da Agroecologia – DAFAG
Linha de Pesquisa 3 – Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação	Política, Gestão e Desenvolvimento Regional Acessibilidade, Tecnologias Urbanas e Experiências de Usuário - AuX

4. O PPGPP incentiva o desenvolvimento de atividades conjuntas entre docentes e discentes da Pós-graduação e da graduação, como organização de eventos diversos, submissão de trabalhos elaborados em coautoria, realização de ações em comunidade ou mesmo a coleta de dados em pesquisas específicas.

5. O PPGPP atua na ampla divulgação das produções acadêmicas e tecnológicas dos pós-graduandos e dos docentes junto aos discentes de graduação.

6. O PPGPP incentiva seus docentes a ofertarem componentes curriculares na graduação e na pós-graduação de maneira alinhada, de modo que uma atuação retroalimente a outra, com enriquecimento para ambas. Um exemplo pode ser visto no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3: Relação entre componentes curriculares do PPGPP e componentes curriculares ofertados por docentes do Programa em cursos de graduação

Componentes Curriculares Ofertados no PPGPP	Componentes Curriculares ofertados em cursos de graduação	Curso de graduação atendidos
Estado, Sociedade e Políticas Públicas	Políticas Públicas e Gestão Governamental Teoria das políticas públicas	Bacharelado em Administração – UFBA Tecnologia em Gestão Pública – UFRB
Gestão Pública	Introdução à Gestão Pública Administração e Gestão Pública Gestão Pública no Brasil Contemporâneo Gestão Social de Políticas Públicas	Tecnologia em Gestão Pública – UFRB Bacharelado em Administração - UFBA
Economia do Setor Público	Teoria do desenvolvimento contemporâneo	Tecnologia em Gestão Pública – UFRB
Avaliação de Políticas Públicas	Avaliação e Educação	Licenciatura em Biologia – UFRB
Políticas Educativas, Instituições e Atores Sociais	Organização da Educação Brasileira e Políticas Públicas	Licenciatura em Biologia – UFRB
Educação Ambiental para Sustentabilidade	Educação Ambiental	Licenciatura em Biologia – UFRB Cursos da Área de Ciências Agrárias – UFRB
Planejamento e Gestão Ambiental	Avaliação de Viabilidade Ambiental	Engenharia Sanitária e Ambiental – UFRB
Políticas Sociais	Diversidade, Cultura e Relações Étnico-raciais	Tecnologia em Gestão de Cooperativas – UFRB
Desenvolvimento Local Sustentável	Política e Desenvolvimento Rural	Agronomia – UFRB

Ciência, Tecnologia e Inovação: Conceitos Básicos	Introdução aos Estudos de Tecnologia Assistiva	Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade – UFRB
---	--	---

O aprofundamento dos laços entre o PPGPP e a graduação é meta a ser contemplada no Planejamento Estratégico do Programa para o este ciclo avaliativo (CAPES), conforme está detalhado em tópico específico deste Projeto.

13. Relação com a Extensão e visibilidade do PPGPP

Relação com a Extensão

A condição de ser um curso na modalidade profissional propicia ao PPGPP relevante potencial de desenvolvimento de ações de extensão. A grande maioria dos trabalhos de conclusão de curso defendidos pelos discentes está relacionada a temáticas diretamente ligadas às instituições de vínculo profissional destes, e notadamente de caráter público.

Desta forma, espera-se que os Trabalhos de Conclusão de Curso originem ou decorram de relevantes impactos para a melhoria dos processos de gestão, com conseqüente melhoria dos serviços prestados aos seus usuários. Isto potencializa o caráter extensionista do Programa, não apenas durante o processo formativo discente, mas também quando este atinge a condição de egresso.

Outra característica que merece destaque e potencializa o caráter extensionista do PPGPP é o fato de que a expressiva dos trabalhos propostos no âmbito do Programa relaciona-se com instituições localizadas no Recôncavo da Bahia e territórios vizinhos, investigando a realidade e propondo ações de impacto em municípios de pequeno e médio porte da Bahia.

O potencial extensionista do Programa também é explorado por meio da divulgação de resultados das pesquisas realizadas na forma de trabalhos publicados em anais de eventos, que colaboram para ampliar a inserção social do Programa, pois contribuem para a transferência de conhecimentos relacionados às áreas de atuação do PPGPP.

A dimensão da extensão no PPGPP também é potencializada pela sua Produção Técnica conduzida por discentes ativos no Programa, egressos e/ou docentes. A maioria destes trabalhos têm significativa relevância social, na medida em que seus resultados apresentam contribuições efetivas, seja do ponto de vista teórico-metodológico, seja do ponto de vista da inovação científica e tecnológica.

Cabe destacar, ainda, que a contribuição do PPGPP para a sociedade se efetiva por meio do envolvimento de docentes em funções administrativas ou de representação em espaços como conselhos de entidades públicas. Assim sendo, o Programa sempre se beneficia destas experiências, uma vez que pode, por meio delas, ampliar a possibilidade de realização de novos projetos de pesquisa e/ou extensão.

Por fim, a dimensão da extensão tem sido ampliada nos últimos anos no PPGPP mediante a promoção de eventos, como seminários, ciclo de palestras e partilha das produções acadêmicas, como

e-books, fascículos, produções de áudio (*podcast*) e vídeo dos docentes e estudantes, e colocado à disposição da população em uma linguagem acessível, a fim de que conheçam mais sobre os problemas públicos, políticas públicas diversas e instrumentos de controle social capazes de fomentar um exercício da cidadania mais protagonista.

Visibilidade

Para a conquista de maior visibilidade o PPGPP divulga suas ações em diferentes formatos, sejam eles presenciais ou virtuais. Para tanto, conta com o engajamento do corpo docente e discente, além do aparato institucional de comunicação, que divulga notícias e informações diversas do Programa no portal da Universidade.

O PPGPP e as ações acadêmicas e formativas desenvolvidas no seu âmbito são divulgadas a partir de diferentes meios, sendo o principal deles a própria página vinculada ao Portal da UFRB na internet (<http://www.ufrb.edu.br/mpgestaoppss>), onde pode ser encontrado o seguinte conteúdo: apresentação do Programa; informações sobre a coordenação e colegiado do curso; secretaria; apresentação das linhas de pesquisa com suas respectivas ementas; apresentação do percurso formativo, planejamento e calendário acadêmico; relação de docentes e respectivos contatos; política de credenciamento de docentes; relação anual de discentes ingressantes e respectivos orientadores; informações sobre processo seletivo e formas de ingresso; relação de defesas programadas; relação de produções do Programa; dissertações e artigos defendidos anualmente; relação de normativos e documentos do Programa; comunicados do curso para interessados em geral; informação sobre o endereço físico, telefone e *e-mail* do Programa para viabilização de contatos.

O conteúdo do *site* pode ser convertido para as línguas inglesa, francesa, alemã, italiana e espanhola, de modo que os pesquisadores, instituições estrangeiras e estudantes de outros países – potenciais candidatos aos processos de mobilidade internacional – possam conhecer as ações acadêmico-científicas e, talvez, firmarem convênios, construir parcerias de investigação, realizarem colaboração técnica de interesse mútuo, entre outras possibilidades.

O Programa divulga em seu *site*, periodicamente, notícias sobre as defesas de TCC de seus discentes, publicações como livro e artigos (inclusive com possibilidade de *download*, quando possível) e eventos promovidos por docentes, discentes e egressos. Para ampliar a divulgação e inserção em redes sociais e contato com a comunidade não acadêmica, o Programa dispõe de uma página no Facebook (<https://www.facebook.com/mpgppss>), onde são publicadas notícias sobre defesas, produções de discentes, egressos e docentes. Atualmente o Programa também possui uma conta no Instagram que pode ser acessada por meio do link @PPGGPP.

No contexto mais interno, o PPGPP organiza murais informativos com os editais, as ações de extensão, as atividades de pesquisa, os eventos e as defesas públicas, permitindo que os estudantes de graduação, os mestrandos do próprio Programa (regulares e especiais), e os servidores técnico-administrativos acompanhem de perto e participem das suas ações.

A coordenação do PPGPP e o corpo docente, sempre que participam de eventos nos formatos presenciais ou remotos, tanto internos, quanto externos, aproveitam para divulgar a natureza, a área de concentração, as linhas de pesquisa, os objetivos, o perfil do egresso e as atividades gerais do Programa.

Desse modo, o conjunto de ações desenvolvidas pelo Programa lhe confere visibilidade, na medida em que possibilita a interação com a comunidade da UFRB e a comunidade externa. Com isso, o público em geral passa a conhecer suas ações e a despertar o interesse em ingressar no programa, além de construir parcerias institucionais e ou demandar processos formativos com temáticas pertencentes a área de públicas.

14. Relação com a Educação Básica

A Educação Básica é foco de interesse, pesquisa e extensão para um segmento docente do PPGPP, o que tem resultado em várias pesquisas voltadas à gestão educacional e para políticas públicas relacionadas a este nível de ensino, ou mesmo pela escolha de escolas ou redes escolares como *lôcus* ao desenvolvimento e aplicação de determinadas produções tecnológicas do Programa, a exemplo de materiais didáticos, cartilhas, dentre outros.

Em decorrência, o PPGPP adotou, como um de seus projetos estruturantes, o projeto Gestão e Avaliação de Políticas Educacionais, que inclui políticas da educação superior e básica. Dentre estas, têm sido analisadas tanto políticas mais abrangentes, mas também a Educação Patrimonial, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar, além daquelas de interesse local/regional, como a evasão escolar em determinado município. Um segmento docente tem desenvolvido pesquisas sobre as políticas de avaliação em larga escala, a exemplo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e Prova Brasil. Outro segmento se preocupa com as políticas e as questões que permeiam o direito à inclusão, em suas diversas manifestações. Também são focadas questões ambientais e da ciência, tecnologia e inovação que são expressas nas/pelas escolas, especialmente das redes públicas. Em alguns casos, esta produção de conhecimento contribui para a tomada de decisão e para o conhecimento do campo por atores estratégicos, como o Conselho Estadual de Educação, as Secretarias de Educação municipais, dentre outros. Em outros casos, a aplicabilidade é voltada para a unidade escolar, em que pese a possibilidade de aplicação e reprodução em várias unidades indistintamente.

Em um círculo virtuoso, a existência de um projeto estruturante voltado para gestão e avaliação de políticas educacionais passa a ser um elemento de atração de discentes que também tenham interesse sobre o tema, muitas vezes com recorte para a Educação Básica. Em alguns casos, esses discentes são profissionais que atuam em redes públicas ou privadas, favorecendo a aplicação dos produtos que tenham desenvolvido em sua trajetória pelo PPGPP.

Além da pesquisa sobre e com os atores da Educação Básica, da atração de discentes atuantes neste nível de Educação, vários docentes têm proposto e acompanhado planos de trabalho para discentes de Ensino Médio, participando do PIBIC-EM.

15. Itinerário Formativo

Em conformidade com os normativos institucionais, cada unidade de crédito de Pós-Graduação no PPGPP corresponderá a 17 (dezesete) horas de aula teórica ou 34 (trinta e quatro) horas de trabalho prático ou equivalente.

A creditação mínima exigida deverá ser cumprida mediante:

1. Cumprimento de 12 (doze) créditos em componentes curriculares obrigatórios da Área de Concentração totalizando 204 horas;
2. Cumprimento de no mínimo 06 (seis) créditos em componentes curriculares optativos das Linhas de Pesquisa do Programa ou cursados em mobilidade acadêmica, desde que previamente autorizados pelo Colegiado do PPGPP, totalizando 102 horas;
3. Cumprimento das atividades curriculares não creditáveis: Proficiência de Língua Inglesa em Gestão de Políticas Públicas e Pesquisa Orientada em Gestão de Políticas Públicas;
4. Cumprimento de 06 (seis) créditos nas seguintes atividades: Formação Continuada sobre Gestão de Políticas Públicas em Contextos Profissionais (dois créditos); Exame de Qualificação em Gestão de Políticas Públicas (um crédito) e Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Políticas Públicas (3 créditos).

As atividades deverão seguir fluxo descrito no Quadro 4:

Quadro 4: Itinerário formativo do PPGPP

Semestre	Título	Caráter/ Carga Horária (h)
1	PGSS268 – Análise de Políticas Públicas*	Componente Curricular/51
	PGSS269 – Metodologia do Trabalho Científico Aplicada a Gestão de Políticas Públicas*	Componente Curricular/51
	Componente optativo da Linha de Pesquisa ou cursado em mobilidade acadêmica desde que previamente autorizado pelo Colegiado do PPGPP	Componente Curricular/51
2	PGSS219 - Gestão Pública*	Componente Curricular/51
	PGSS221 - Economia do Setor Público*	Componente Curricular/51
	Componente optativo da Linha de Pesquisa ou cursado em mobilidade acadêmica desde que previamente autorizado pelo Colegiado do PPGPP	Componente Curricular/51
	SCCA823 - Proficiência de Língua Inglesa em Gestão de Políticas Públicas	Atividade obrigatória/00
3	PGSS287 - Formação Continuada sobre Gestão de Políticas Públicas em Contextos Profissionais **	Atividade obrigatória/34
	PGSS284 - Pesquisa Orientada em Gestão de Políticas Públicas**	Atividade obrigatória/00
4	PGSS285 - Exame de Qualificação em Gestão de Políticas Públicas**	Atividade obrigatória/17

	PGSS286 - Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Políticas Públicas**	Atividade obrigatória/51
--	--	--------------------------

*Componente Curricular Obrigatório vinculado à Área de Concentração do PPGGPP

**Atividade Obrigatória vinculada à Área de Concentração do PPGGPP

A oferta de componentes curriculares, bem como demais atividades acadêmicas do PPGGPP são de caráter presencial e somente poderão ser conduzidas de forma integralmente remota mediante situações de excepcionalidade previstas em deliberações dos Conselhos Superiores da UFRB ou parcialmente remotas de acordo com a deliberação do Colegiado do Programa, sem que isso descaracterize o caráter de presencialidade do curso.

Com base na Portaria N° 90 de 24 de abril de 2019 da CAPES, fundamentada na Lei N° 9.394 de 1996, a critério do Colegiado, o Programa pode permitir que parte da carga horária de componentes ou atividades curriculares seja ministrada à distância.

15.1 Descrição dos componentes curriculares

Detalha-se a seguir a relação de componentes e atividades curriculares que integram o itinerário formativo do curso. No **Apêndice 4** apresenta-se o Quadro Resumo da Estrutura Curricular.

15.1.1. Componentes curriculares de natureza obrigatória vinculados a Área de Concentração

Componente	Análise de Políticas Públicas
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Obrigatório
Código UFRB	PGSS268
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Área de Concentração
Ementa	<i>Politic e policy</i> : aspectos conceituais. Escolhas e modelos de análise de políticas públicas e da ação pública: abordagens estadocêntricas e sociocêntricas. Análise Racional de Políticas Públicas e abordagem de ciclos e subsistemas. Problemas e arenas públicas. Atores e agendas. Redes de políticas públicas (<i>policy network</i>). Modelos de decisão (<i>policy making process</i>). Teorias de implementação. Instrumentos de políticas públicas. Intersectorialidade, transversalidade e interseccionalidade. Abordagens críticas e pós-positivistas. Experiências brasileiras na formulação e implementação de políticas públicas.
Bibliografia Básica	DEUBEL, A. N. R. Políticas Públicas : formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002. FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M.S (orgs.) Hanbook of public policy analysis : theory, politics, and methods. New York: CRC, Taylor & Francis, 2007. LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. Sociologia da Ação Pública . Tradução e estudo introdutório: George Sarmento, Maceió: EDUFAL, 2012.

	<p>HEIDEMANN, F.; SALM, J. F. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Bases Epistemológicas e Modelos de Análise. Brasília: UnB, 2009.</p> <p>PIRES, R. (org.) Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>BOULLOSA, R. (coord.) Dicionário da Formação em Gestão Social. Salvador: Rede de Pesquisadores em Gestão Social, Observatório da Formação em Gestão Social, 2013. Disponível em: https://observatoriofgs.ufba.br/ObservatorioUfba Acesso em 20 mai. 2013</p> <p>CAPELLA, A. C. N. Análise de Políticas Públicas: da técnica às ideias. Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. v.6, n. 2, Campinas: Unicamp, 2015, p. 13-34.</p> <p>SECCHI, Leonardo. Políticas públicas. Conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p>

Componente	Metodologia do Trabalho Científico Aplicada a Gestão de Políticas Públicas
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Obrigatório
Código UFRB	PGSS269
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Área de Concentração
Ementa	Métodos das ciências sociais aplicadas e humanas. A pesquisa e o desenvolvimento de produtos/tecnologias/modelos aplicados à gestão de políticas públicas. Elaboração de projetos de pesquisa/desenvolvimento de produtos na área da gestão de políticas públicas. Debates críticos sobre as agendas das questões preponderantes no campo das políticas públicas na área social.
Bibliografia Básica	<p>ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. Cad. Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300007&lng=pt&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742006000300007>.</p> <p>ARAGÃO, J. W. M.; MENDES NETA, M.A.H. Metodologia Científica. [recurso eletrônico] - Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017. 51 p.: il. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30900/1/eBook%20-%20Metodologia%20Cientifica.pdf</p> <p>CAMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), jul. - dez, 2013, 179-191. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf</p> <p>MACEDO, R.S.; GALEFFI, D.; PIMENTEL, A. Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/206/1/Um%20rigor%20outro.pdf</p>

	<p>PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf p.49 a 69: o que é pesquisa, característica e classificação.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>BONILHA, A. Reflexões sobre análise em pesquisa qualitativa [editorial]. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS) 2012 mar;33(1):8. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/viewFile/28332/16984</p> <p>MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf</p> <p>SANDOVAL, S. A. M. Formação em métodos de pesquisa na pós-graduação: abordagens multimétodos para as demandas da atualidade. Educ. Rev., Curitiba, v. 34, n. 71, p. 69-82, out. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-406020180005000069&lng=pt&nrm=iso>. 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62647>.</p>

Componente	Gestão Pública
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Obrigatório
Código UFRB	PGSS219
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Área de Concentração
Ementa	Conceitos e características da gestão e administração públicas. Gestão pública no panorama do federalismo no Brasil. Principais reformas dos modelos de administração pública no Brasil. Principais funções da gestão pública.
Bibliografia Básica	<p>LEVY, E.; MEDEIROS, P. C. (Org.). Construindo uma Nova Gestão Pública. NATAL: SEARHH/RN, 2010, v. 1, 252 p.</p> <p>NASCIMENTO, E. R. Gestão pública. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 354 p.</p> <p>PAULA, A. P. P. de. Por uma nova gestão pública. Limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.</p> <p>PETERS, B. G.; PIERRE, J. (Org.). Administração pública. Trad. Sonia Midori Yamanoto, Miriam Oliveira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010.</p> <p>SANTOS, C. S. Introdução à Gestão Pública. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>

Bibliografia Suplementar	<p>GRIN, E.; ABRUCIO, F. L. Facetas del Federalismo em Brasil: Descentralizacion, Recentralizacion y los Desafios de la Cooperacion Intergubernamental. Revista Iberoamericana de Gobierno Local. v. 11, p. 1, 2016</p> <p>SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347– 369, mar./abr. 2009.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.</p>
---------------------------------	--

Componente	Economia do Setor Público
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Obrigatório
Código UFRB	PGSS221
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Área de Concentração
Ementa	O papel do Estado na economia. Falhas de mercado. Falhas de governo. Finanças públicas e democracia. Financiamento das políticas públicas. O Gasto público no Brasil. Efeito distributivo das políticas públicas. Políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social. Aplicações da análise econômica na gestão de políticas públicas locais e regionais.
Bibliografia Básica	<p>ATKINSON, A. B.; STIGLITZ, J. E. Lectures on Public Economics. Princeton: Princeton University Press, 2015.</p> <p>BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Organizadores). Economia do Setor Público no Brasil. São Paulo: Campus, 2005.</p> <p>BRESSER - PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.</p> <p>GREMAUD, P.; VASCONCELLOS, M.A.S. de; TONETO JUNIOR. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UNB, 2014.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>STIGLITZ, J. E.; ROSENGARD, J. K. Economics of the public sector. New York: W.W. Norton & Company Inc., 2015</p> <p>SILVA, L. X. da (Organizador). Estado e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.</p> <p>ZYLBERSZTAJN, D.; SZTAJN, R. (org.). Direito e Economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p>

15.1.2. Componentes curriculares optativos vinculados à Linha de Pesquisa 1 – Gestão de Políticas Sociais e Educacionais

Componente	Avaliação de Políticas Públicas
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS270
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Sociais e Educacionais
Ementa	Os fundamentos conceituais e principais modelos analíticos para a avaliação das Políticas Públicas e sua importância no ciclo de Políticas Públicas. Os pré-requisitos, a relevância e as principais técnicas e métodos de avaliação de Políticas Públicas. O sistema de indicadores como ferramenta fundamental para monitoramento e avaliação de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Pesquisa avaliativa em Políticas Públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto e efetividade de política públicas.
Bibliografia Básica	COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de Projetos Sociais . 11ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. FARIA, C. A.P. de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais , v.20, n.59, p.97-109, out., 2005. JANUZZI, P. de M. Indicadores Sociais no Brasil . Conceitos, Fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009. MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Planejamento Governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais . São Paulo: Atlas, 2012. WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de Programas: concepções e práticas . Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente: 2004.
Bibliografia Suplementar	COSTA, F.L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Revista de Administração Pública , v. 37, n.5, set.-out., 2003. DE MARIO, C. G.; LAISNER, R. C.; GRANJA, R. H. Avaliação de Políticas Sociais e Participação Popular: uma abordagem política. Revista O Social em Questão - Ano XIX - nº 36 , p. 39 – 64, 2016. SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos . São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Componente	Dinâmica das Organizações
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	SCCA761

Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Sociais e Educacionais
Ementa	Paradigmas em teorias e estudos organizacionais. As abordagens contemporâneas sobre organizações. O poder e as organizações. A economia das organizações. A organização como recurso de análise da realidade territorial. Análise de redes nas organizações. O conceito de governança. Governança, território e desenvolvimento.
Bibliografia Básica	FARIA, J. H. de. Poder, controle e gestão . Curitiba: Juruá, 2017. MORGAN, G. Imagens da organização : edição executiva. – 2.ed. – 5.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007. RODRIGUES, M. V.; AFONSO, C. W. Análise organizacional : das origens à era da sustentabilidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. SROUR, R. H. Poder, cultura e ética nas organizações . 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil . 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
Bibliografia Suplementar	BERGUE, S. T. Modelos de gestão em organizações públicas : teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011. DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. Teorias da administração pública . São Paulo: Cengage Learning, 2017. HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento : bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009.

Componente	Estados de Bem-Estar Social
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS271
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Sociais e Educacionais
Ementa	Da lei dos pobres ao Estado de Bem-Estar: a formação dos sistemas de proteção social. Modelos de proteção social e teorias explicativas. Teorias do surgimento dos estados de bem-estar social. Tipologia do Estado de Bem-Estar Social. Papel das políticas públicas como propulsoras ou inibidoras do avanço social. A discussão sobre a crise do Estado de Bem-Estar Social. Impactos do Estado de Bem-Estar Social no combate à pobreza e desigualdades.
Bibliografia Básica	BENTO, L. V. Governança e governabilidade na reforma do Estado . São Paulo: Manole, 2003. DELGADO, M. G.; PORTO, L. V. (Org.). Welfare state : os grandes desafios do estado de bem-estar social. São Paulo: LTr, 2019.

	<p>DELGADO, M. G.; PORTO, L. V. (Org.). 2. ed. O Estado de Bem-Estar Social no século XXI. São Paulo: LTR, 2018.</p> <p>KERSTENETZKY, C. L. O Estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.</p> <p>SELL, C. E. Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de (Org.). As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT. São Paulo: Unesp, 2019.</p> <p>CRUZ, P. M. Política, poder, ideologia e Estado contemporâneo. 3.ed. [ano 2002], 6. reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.</p> <p>PEREIRA, P. A. P. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2011.</p>

Componente	Políticas de Educação no Brasil
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	SCCA834
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Sociais e Educacionais
Ementa	<p>Conceitos de educação. O papel da educação para a sociedade contemporânea. Arcabouço legal vigente. Oferta de educação no Brasil e modelos de análise de implementação. Principais indicadores de educação.</p>
Bibliografia Básica	<p>BALL, S. J.; MAINARDES, J. Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. 41ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2002.</p> <p>BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dispõe sobre a reforma do sistema educacional brasileiro. Brasília: Diário Oficial da União, Brasília, DF.</p> <p>BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional da Educação. Aprova o Plano Nacional da Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, Brasília, DF.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Notas de Ana Maria Araújo Freire. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 / 2005.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>GADOTTI, Moacir. A questão da Educação formal/não formal. Institut. International des droits de l'enfant (IDE). Sion. 2005.</p> <p>JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160 Abr./Jun. 2005</p>

	NUNES, C. P. (Org.). Políticas educacionais e programas de governo: aproximações e contradições . Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2017. 216 p.
--	---

Componente	Políticas Educativas, Instituições e Atores Sociais
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	SCCA832
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Sociais e Educacionais
Ementa	Problematiza as relações entre o Estado e a Sociedade Civil no contexto neoliberal e das reformas educacionais implementadas nas últimas décadas do século XX até o tempo presente, buscando evidenciar a emergência de novas instituições que passam a atuar no campo da educação e os papéis dos atores sociais e dos agentes públicos e privados na execução de políticas educativas em espaços escolares e não escolares, com financiamento público.
Bibliografia Básica	ACANDA, J. L. Sociedade civil e hegemonia . Tradução Lisa Stuart – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. BRESSER PEREIRA, L. C; GRAU, N. C. (Orgs.). O público não-estatal na reforma do estado . Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. GOHN, M. G. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias . São Paulo: Cortez, 2005. MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social . 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
Bibliografia Suplementar	DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional para re-institucionalizar a educação como bem público. Quaestio , Sorocaba, SP, v. 11, n. 2, p. 17-25, novembro 2009. FIORI, J. L. Os moedeiros falsos . Petrópolis - RJ: Vozes, 1997. COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. Ler Gramsci, entender a realidade . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Componente	Políticas Sociais
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS220
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Sociais e Educacionais

Ementa	Políticas sociais como função de governo. Análise da experiência empírica brasileira de formulação e implementação de políticas sociais. Desafios e perspectivas de políticas sociais.
Bibliografia Básica	<p>BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf.</p> <p>FARAH, M. F. S. Sete décadas de políticas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público - de 1937 a 2007 (edição especial). Brasília: ENAP, 2007, p. 111-121. Disponível em: https://pesquisaaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/farah_-_sete_decadas_de_politicas_sociais_no_brasil.pdf.</p> <p>CASTRO, J. A. de; RIBEIRO, J. A. C. (orgs.). Situação social brasileira 2007. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_SituacaoSocialBrasileira_2007.pdf.</p> <p>PRONI, M. W. Observações sobre a questão social no Brasil. Carta Social e do Trabalho, Campinas, n. 36, p. 1-21, jul./dez. 2017. Disponível em: https://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2018/08/Proni_Observa%ca7%cb5es-sobre-a-quest%ca3o-social-no-Brasil_Carta-Social-e-do-Trabalho-n.-36.pdf.</p> <p>SILVA, S. P. Políticas de inclusão produtiva: o “elo perdido” da proteção social? Políticas sociais: acompanhamento e análise, n. 27, Brasília: Ipea, 2020 – Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/201007_BPS27_notas_pol_social.pdf.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”, Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 50(6):959-979, nov./dez. 2016. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122016000600959&script=sci_abstract&lng=pt.</p> <p>FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, 21: 211-259. 2000. Disponível em https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/0.</p> <p>SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Cia das Letras, 2000.</p>

15.1.3. Componentes curriculares optativos vinculados à Linha de Pesquisa 2 – Gestão de Políticas Ambientais

Componente	Desenvolvimento Local Sustentável
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS290

Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Ambientais
Ementa	Referenciais conceituais acerca do desenvolvimento sustentável. Elementos constitutivos de políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Multidimensionalidade do desenvolvimento local com ênfase nos aspectos educacionais, políticos, sociais, econômicos e ambientais. Desenvolvimento local, globalização e meio ambiente. Abordagens participativas para o desenvolvimento local.
Bibliografia Básica	<p>BARBIERI, J. C. Desenvolvimento sustentável: das origens à agenda 2030. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. (Col. Educação Ambiental)</p> <p>BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.</p> <p>DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Org.). Políticas para o desenvolvimento local. 1.ed. reimpr. [2010]. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.</p> <p>HADDAD, P. R. Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>SACHS, J. D. A era do desenvolvimento sustentável. Lisboa: Actual, 2017.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>KRONEMBERGER, D. Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática. São Paulo: SENAC, 2011.</p> <p>VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.</p> <p>VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.</p>

Componente	Direito Ambiental
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS272
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Ambientais
Ementa	Evolução e princípios do Direito Ambiental Brasileiro. Direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado. Competências ambientais. Política e Sistema Nacional de Meio Ambiente. Estudos de Impacto Ambiental. Licenciamento ambiental. Tutelas jurídicas: patrimônio florístico e faunístico. Política e Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Responsabilidade ambiental.
Bibliografia Básica	ANTUNES, P. de B. Direito ambiental . 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. xxxiii, 1422 p.

	<p>CRESTANA, S.; CASTELLANO, E. G.; ROSSI, A.; EMBRAPA. Direito ambiental: bens e recursos ambientais e o direito ambiental. Brasília: EMBRAPA, 2017. 1149p.</p> <p>FERREIRA, M. A. S. de O. Direito ambiental brasileiro: princípio da participação. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010. 182p.</p> <p>FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 766p</p> <p>SILVA, J. A. da. Direito ambiental constitucional. 9. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2011. 357 p.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>REIS, S. N. N. Direito ambiental na Baía de Todos os Santos. 1. ed. Salvador, BA: Assembléia Legislativa da Bahia, 2012. 172 p.</p> <p>MILARÉ, É.; GRINOVER, A. P. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco - doutrina, jurisprudência, glossário. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 1343 p.</p> <p>MUKAI, T. Direito ambiental municipal: abordagens teóricas e práticas . Belo Horizonte: Fórum, 2010. 160 p.</p>

Componente	Educação Ambiental e Políticas Públicas
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS273
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Ambientais
Ementa	<p>Descreve processos históricos da educação ambiental e do movimento ambientalista. Aponta aspectos de avaliação da Política Ambiental brasileira e a importância do Controle Social para a sustentabilidade. Discute as Macrotendências Pedagógicas da educação ambiental e as mudanças legais pertinentes. Apresenta a educação ambiental enquanto estratégia interventiva da gestão ambiental e sua inserção nas diferentes políticas ambientais. Apresenta métodos e técnicas em Educação ambiental além de experiências de elaboração de políticas públicas e ferramentas de avaliação das políticas públicas de educação ambiental.</p>
Bibliografia Básica	<p>ASSIS, M.P.; MALHEIROS, T.F.; FERNANDES, V.; PHILIPPI-JR, A. Avaliação de Políticas Ambientais: desafios e perspectivas. Saúde Soc., São Paulo, v.21, supl. 3, p.7-20, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, I. de M.; ANDRADE, D. de C. M.; QUEIROZ, D. M. (Org.). Direitos Humanos em Mosaicos: panoramas e reflexões. 1ed.Salvador: EDUNEB, 2020, v. 1.</p> <p>LAYRARGUES, P.P. & LIMA, G.F.C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade, v. XVII; n.1; p. 23-40, 2014.</p> <p>MARQUES, L. Capitalismo e Colapso Ambiental. Ed. UNICAMP, 3a ed, 735p. 2018.</p>

	RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. A.; SORRENTINO, M.; MARANHAO, R. Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil. Cadernos de Pesquisa : Pensamento Educacional. Número Especial, p.337-358, 2018.
Bibliografia Suplementar	BIZERRIL, M.; ROSA, M. J.; CARVALHO, T.; PEDROSA, J. Sustainability in higher education: A review of contributions from Portuguese Speaking Countries. Journal of Cleaner Production . Knoxville, v.171, p. 600-612. Jan. 2018. LAYRARGUES, P.P. Manifesto por uma educação ambiental indisciplinada. Ensino, saúde e ambiente . Número especial, pp. 44-87. 2020. LORDELO, L. M. K.; SILVA, N. da; GARCIA, J. C. D. (Org.). Políticas públicas e veredas da cidadania . 1ed.Cruz das Almas: EDUFRB, 2020.

Componente	Planejamento e Gestão Ambiental
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	SCCA688
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Ambientais
Ementa	Conceituação de Planejamento e Sistema: princípios, elementos e tipos. Objetivos e princípios do planejamento. Níveis e dimensões. A instituição pública como sistema. Diagnóstico físico ambiental e diagnóstico socioeconômico. Os tipos de planejamento (participativo, integrado e estratégico) e sua influência na gestão ambiental. Componentes do diagnóstico e a visão da organização. A missão, os propósitos e a cultura institucional. Diferenças entre estratégias, táticas, ações e políticas. Metodologia para a elaboração de planos estratégicos. Fases do planejamento. Componentes e estrutura de um plano de ação. Os projetos, programas de ação e seus indicadores. Controle e avaliação de projetos de gestão.
Bibliografia Básica	BARBOSA, R P. Avaliação de risco e impacto ambiental . Editora Érica, 1 ed. 2014. BENSUN, N. Conservação da biodiversidade em áreas protegidas . Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176p. MILLER, G. T. Ciência Ambiental . 11. ed. São Paulo: CENGAGE, 2008. 123p. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa : estratégias de negócios focados na realidade brasileira. 5. ed. rev.ampl. São Paulo: Atlas. 2008. 420p. VALVERDE, Sebastião Renato (Editor). Elementos de gestão ambiental empresarial . Viçosa: UFV, 2005. 127p.
Bibliografia Suplementar	IBAMA. Metodologia de avaliação de impacto ambiental . Série Meio Ambiente em Debate, 37 Brasília, 2001. SANTOS, R. F. dos. Planejamento ambiental : teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p.

	Sanchez, Luiz Enrique. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
--	--

Componente	Política, Planejamento e Gestão do Saneamento
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS291
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Ambientais
Ementa	Os conceitos de políticas públicas e sua aplicação à área de saneamento. Saneamento como direito social. A natureza dos serviços públicos de saneamento. Políticas públicas de saneamento no Brasil: perspectiva histórica, discussões contemporâneas e base legal. Avaliação de políticas públicas de saneamento. Gestão dos serviços: planejamento, regulação, prestação e fiscalização. Gestão associada. Participação e controle social. Modelos de organização dos serviços. Integração com outras políticas públicas.
Bibliografia Básica	HELLER, L.; CASTRO, J. E. (org.). Política pública e gestão dos serviços de saneamento. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. REZENDE, S. C.; HELLER, L. O Saneamento no Brasil: políticas e interfaces. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMS; Escola de Engenharia da UFMG, 2008. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – 4. ed. – Brasília: Funasa, 2015. 642 p. il. BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano plurianual 2008-2011: projeto de lei. Brasília, DF, 2007. BRASIL. Ministério das Cidades. Banco de dados sobre investimentos onerosos: base de dados em xls. Brasília, 2010.
Bibliografia Suplementar	CASTRO, J. E. A participação privada nos serviços de saneamento: lições da experiência internacional. In: BRASIL. Ministério das Cidades. Coletânea sobre saneamento básico e a Lei 11.445/2007 Brasília, DF, 2009. Livro III, p. 462. REZENDE, S. Panorama do saneamento básico no Brasil: investimentos em saneamento básico: análise histórica e estimativa de necessidades. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. SANTOS, J. F. Investimentos em saneamento básico nos últimos 10 anos e a projeção de investimentos do Plansab Brasília: Ministério das Cidades, 2011.

Componente	Sistemas Agroalimentares e Políticas Públicas
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo

Código UFRB	PGSS288
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas Ambientais
Ementa	Sistemas agroalimentares. Histórico do abastecimento alimentar no Brasil. Políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar no Brasil. Relação da agricultura familiar com os sistemas alimentares e com os circuitos de mercado. Circuitos longos e circuitos curtos de mercado. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.
Bibliografia Básica	BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira . Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília, 2014. GAZOLA, M.; SCHNEIDER, S. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar . Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil . Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais . Ensaios FEE, Porto Alegre, v.25 n.1, p.299-322, abr. 2004. Disponível em: https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2061/2443 . NUNES, E. M.; MORAIS, A. C; AQUINO, J.R; GURGEL, I. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como Política de Inclusão na Agricultura Familiar do Nordeste do Brasil. Revista Grifos , n. 45, 2018, p. 114-139. Disponível em: < https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/download/4454/2627 >
Bibliografia Suplementar	PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Ciência e Saúde Coletiva , v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000400002&script=sci_abstract&lng=pt . PETTAN, K.; MEDAEST, J. Comercialização na Agricultura Familiar . Instituto Giramundo, Programa de Extensão Rural Agroecológica. Botucatu: Giramundo, 2009. WILKINSON. J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. Estudos Sociedade e Agricultura , v. 11, n. 2, p. 62-87. 2003. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/239 .

15.1.4. Componentes curriculares optativos vinculados a Linha de Pesquisa 3 – Gestão de Políticas de CT&I

Componente	Ciência, Tecnologia e Inovação: Conceitos Básicos
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS289
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas de CT&I

Ementa	O conhecimento científico e sua possibilidade. Trajetória da ciência, modos de produção de conhecimento e revoluções científicas. Construção da ciência moderna e sua relação com a tecnologia. Sociedade do Conhecimento e sociedade da informação. A teoria da tecnologia e da inovação. Contextos socioeconômicos. Ambiente competitivo internacional. Importância da interação entre universidades, empresas e governo para a inovação. Sistemas nacionais de inovação. Indicadores de produção e avaliação em CTI.
Bibliografia Básica	<p>ANSELMO, F. P. (Coord.). Indicadores estaduais de ciência e tecnologia. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2003.</p> <p>DE MAGDALA PINTO, M. Tecnologia e inovação. Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009. Disponível em: Disponível em: https://canalcederj.cecierj.edu.br/122016/dfacdc2bb529584978b65928055a2b4.pdf</p> <p>FRANCISCO, N. A. Políticas Públicas para CT&I no Brasil: desafios para consolidar-se (na prática) como política de Estado. Revista Eletronica Gestão & Saúde, 2019.</p> <p>MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, MCT, Sociedade da informação no Brasil. Livro Verde. Brasília: MCT, 2000.</p> <p>SANTOS, L. W. et alii Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação. Londrina: IAPAR, 2004.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Inovação – PINTEC 2014. Rio de Janeiro, 2016. Disponível via https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99007.pdf.</p> <p>IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica. Eds: De Negri, J. A. e Kubota, L. C. cap. 1, Brasília, 2008. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capitulo01_27.pdf</p> <p>MAZUCATO, M.; PENNA, C. The Brazilian Innovation System: A Mission-Oriented Policy Proposal. Avaliação de Programas em CT&I. Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de conhecimento). Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016. 119p. Disponível em https://www.cgee.org.br/documents/10195/1774546/The_Brazilian_Innovation_System-CGEE-MazzucatoandPenna-FullReport.pdf.</p>

Componente	CTI Aplicada à Tecnologia Assistiva
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS274
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas de CT&I
Ementa	Trajetória histórica e debates atuais sobre a construção do conceito de Tecnologia Assistiva nos âmbitos internacional e nacional. As diferentes formas de classificar a Tecnologia Assistiva. Panorama da inovação em Tecnologia Assistiva. As características interdisciplinares da Tecnologia Assistiva, seu público-alvo, seus objetivos e finalidades. Metodologia da

	Inovação em Tecnologia Assistiva. A importância da participação do público alvo na inovação em Tecnologia Assistiva. As políticas públicas de inovação em Tecnologia Assistiva.
Bibliografia Básica	<p>AAATE; EASTIN (ASSOCIATION FOR THE ADVANCEMENT OF ASSISTIVE TECHNOLOGY IN EUROPE and EUROPEAN ASSISTIVE TECHNOLOGY INFORMATION NETWORK). Service Delivery Systems for Assistive Technology in Europe –Position Paper, 2012. Disponível, em <https://aaate.net/wpcontent/uploads/sites/12/2016/02/ATServiceDelivery_PositionPaper.pdf>.</p> <p>DELGADO GARCIA, J. C.; GALVAO FILHO, T.; SANTOS, M. C. D.; MENDES, V.; ROBERTO, M. V.; PINHEIRO, D. M. Pesquisa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva - PNITA III: Principais resultados, análise e recomendações para as políticas públicas. São Paulo: ITSBRASIL. 2017.</p> <p>GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia Assistiva: um itinerário da construção da área no Brasil. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2022.</p> <p>EUSTAT - Empowering Users Through Assistive Technology. A por ello: un manual para usuarios de tecnología de larehabilitación. 1999.</p> <p>NIND, M. What is Inclusive Research? London: Bloomsbury Academic, 2014. OECD. Innovation Policies for Inclusive Growth. Paris: OECD Publishing, 2015.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>BARTON, L. (Org.) Superar las barreras de la discapacidad. Madrid: Ediciones Morata, 2010, p. 381-397.</p> <p>CTI/CNRTA. (Org.). Reflexões sobre Tecnologia Assistiva: I Simpósio Internacional de Tecnologia Assistiva. 2014, Campinas. Anais... Campinas: CTI/CNRTA, 2014.</p> <p>STRNADOVÁ, I.; CUMMING, T. People with intellectual disabilities conducting research: New directions for inclusive research. Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities, v. 27, p. 1-21. 2014.</p>

Componente	CTI no Setor Público
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS275
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas de CT&I
Ementa	Teoria da inovação e os serviços públicos. Mudança e inovação em serviços públicos: fenômeno emergente e planejado. Avaliação da necessidade de mudança e inovação. O processo de inovação em serviços públicos. Cultura organizacional e inovação no setor público. Colaboração, design e serviços públicos inovadores. Indutores, barreiras, desafios e impactos. Ferramentas e métodos. Experiências nacionais e internacionais. Gestão da inovação no setor público. Disseminação de inovações no setor público.
Bibliografia Básica	AGUNE, R.; GREGÓRIO, A.; NEVES, A. Gestão do conhecimento e inovação no setor público. São Paulo, 2014. Disponível em:

	<p>http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/100/820/E-Book_-_Gest%C3%A3o_do_Conhecimento_e_Inova%C3%A7%C3%A3o_-_d%C3%A1_pra_fazer.pdf</p> <p>CAVALCANTE, P.; CAMÕES, M.; CUNHA, B.; SEVERO, W. Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3117</p> <p>MOORE, M. H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Uniletras; Brasília: ENAP, 2002.</p> <p>OSBORNE, S.; BROWN, K. Managing change and innovation in public service organizations. Routledge: New York, 2005.</p> <p>WINDRUM, P.; KOCH, P. Innovation in public sector services: entrepreneurship, creativity and management. Cheltenham: Edward Elgar, 2008.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>DUBOIS, R.; LINS, J. (coord.). Inovação na Gestão Pública. São Paulo: Saint Paul Editora. s/d.</p> <p>JACOBI, P.; PINHO, J. A. Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p> <p>OLIVEIRA, L. G. de; SANTANA, R. L. F. de; GOMES, V. C. Inovação no setor público: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília:ENAP. Cadernos ENAP n. 38.</p>

Componente	Empreendedorismo e Inovação Tecnológica
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS276
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas de CT&I
Ementa	<p>Informação, inovação tecnológica e empreendedorismo. Inovação tecnológica como gatilho para o empreendedorismo. Pesquisa e desenvolvimento de Empresas Emergentes e Startups. Elos da Cadeia de Inovação. Relação Universidade-Empresa. Busca e recuperação da informação para processos inovadores. Empreendedorismo em unidades de informação. Empreendedorismo digital.</p>
Bibliografia Básica	<p>DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. xvii, 267 p.</p> <p>EDWARDS-SCHACHTER, M. The nature and variety of innovation. International Journal of Innovation Studies, Volume 2, Issue 2, 2018, Pages 65-79.</p> <p>PAIVA JUNIOR, F. G.; GUERRA, J. R. F. O empreendedorismo como marco solidário na esfera do Desenvolvimento. Revista Gestão & Planejamento. v. 11, n. 2, , p. 267-276, 2010.</p>

	<p>MELLO, S. C. B.; LEÃO, A. L. M. de S.; PAIVA JUNIOR., F. G.; Competências empreendedoras de Dirigentes de Empresas Brasileiras de Médio e Grande Porte que Atuam em Serviços da Nova Economia. Revista de Administração Contemporânea. v. 10, n. 4, 2006.</p> <p>SOUSA, J. L; PAIVA JÚNIOR, F. G. Empreendendo no setor público: a dinâmica da Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Massangana, 2013.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>MARIOTTI, S.; GLACKIN, C. Entrepreneurship and small business management, 2/E, Prentice Hall. 2015.</p> <p>PAIVA JÚNIOR, F. G. et al. O meio empreendedor promovendo inovação: a geração de capital social no porto digital. Desenvolvimento em Questão, v. 14, n. 37, 2016.</p> <p>PAIVA JUNIOR, F. G.; MARTINS, W. S.; FERNANDES, O. L. C. ;SILVA, A. D. F. ; SANTANA, G. A. Empreendedor inovando o bem simbólico na rede de negócios: Produção & consumo de software no Porto Digital. Exacta (Online), v. 12, p. 293-301, 2014.</p>

Componente	Gerenciamento de Projetos em CTI
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS277
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas de CT&I
Ementa	<p>Ciência e tecnologia no Brasil e a lei de inovação tecnológica. Considerações gerais sobre programas e projetos públicos. Abordagem do risco e incerteza de projetos públicos em CTI. Critérios para seleção de projetos públicos em CTI. Ferramentas e métodos para elaboração de projetos públicos em CTI. Elementos constitutivos da estrutura e do gerenciamento de projetos públicos em CTI (iniciação, planejamento, execução, controle, encerramento e avaliação). Metodologia de gerenciamento de projetos do Project Management Institute consolidada no Project Management Body of Knowledge. Efeitos externos de um projeto público. Avaliação social de um projeto público. Principais aspectos e variáveis da avaliação do impacto dos projetos públicos em CTI. Estudos de casos.</p>
Bibliografia Básica	<p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Manual de gestão de projetos. Brasília: TCU, 2006. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/manual-de-gestao-de-projetos.htm</p> <p>ENAP- Escola Nacional de Administração Pública. Gestão de Projetos. Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1110?show=full</p> <p>PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK). 7ª ed. Newtown Square: Project Management Institute Inc., 2021.</p> <p>STACKPOLE, C. Guia de templates para gerenciamento de projetos. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p>

	VARGAS, R. Manual Prático do Plano de Projeto: Utilizando o PMBOK® Guide . 6ª Ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.
Bibliografia Suplementar	<p>KREUTZ, R. R.; VIEIRA, K. M. A gestão de projetos no setor público: os desafios de suas especificidades. Revista de Gestão Pública: práticas e desafios, v. 09, n. 1, p.1-20, 2018.</p> <p>RIOS, D. G.; NADAE, J. de; BUZZETTO, R. R.; FREITAS, S. de L. T. U. Sucesso em projetos públicos: uma análise bibliométrica. Revista de Gestão e Projetos (GeP), 11(3), set./dez. 2020, p.117-135. https://doi.org/10.5585/gep.v11i3.18514.</p> <p>MUNIZ, S. F. L. da S. Comparação das práticas de aquisição preconizadas pela administração pública federal e o PMBOK: um estudo de caso no ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. Brasília, 2016.</p>

Componente	Inovação e Tecnologia Social
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS278
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas de CT&I
Ementa	Tecnologia Social: Histórico, Conceito, Diferenciação e Tipologias. Neutralidade da ciência, ideologia e determinismo tecnológico. Tecnologia Apropriada e Tecnologia Social. Participação social como fundamento da tecnologia social. Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Estudos Sociais da CT&I. Pensamento Latino-Americano sobre CT&I. Inovação Social. Metodologia de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais. Avaliação e Indicadores de Tecnologia Social.
Bibliografia Básica	<p>COSTA, A. B. (Org.). Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013</p> <p>FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Caminhos e Perspectivas para a Tecnologia Social. Brasília: Fundação Banco do Brasil, ITS BRASIL, 2018</p> <p>INNERARITY, D.; GURRUTXAGA, A. ¿Cómo es una sociedad innovadora? Zamudio: INNOBASQUE – Agencia Basca de la Innovación, 2009.</p> <p>COSTA, R. A. T. C.; SOUZA, A. dos S. (Org.). Estudos Avançados Interdisciplinares. 01 ed. Brasília: Editora Enterprising, 2022.</p> <p>DOMANSKI, D.; MONGE, N.; QUITIAQUEZ, G.; ROCHA, D. (Orgs) Innovación Social en Latinoamérica. Bogotá: Corporación Universitaria Minuto de Dios: Parque Científico de Innovación Social, 2016.</p>
Bibliografia Suplementar	ALONSO, A.; ECHEVERRIA, J. ¿Qué es la innovación social? El cambio de paradigma y su relación con el Trabajo Social. Cuadernos de trabajo social , Vol. 29, Nº 2, 2016, pp. 163-171.

	<p>DAGNINO, R. (Org.). Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Kaco, 2009.</p> <p>DAGNINO, R. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas. Eduepb, 2014. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/view/25/114/379</p>
--	--

Componente	Metodologia e Ferramentas para o Desenvolvimento de Novos Produtos e Novos Negócios
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS279
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas de CT&I
Ementa	A inovação como motor da mudança. Mantendo-se competitivo. Mantendo-se sustentável. Ferramentas e metodologias. Gestão de Projetos e Metodologias Ágeis. Conhecendo as principais metodologias ágeis e onde aplicá-las; conceitos e principais diferenças: Scrum, Kanban, Lean, Agile Development, DevOps e Design Thinking. Design Thinking: tópico especial com estudo de casos e práticas para design centrado no usuário. Conceitos e definições, principais ferramentas usadas: matriz CSD, painel colaborativo, mapa da empatia, jornada do usuário, SCAMPER, entre outras.
Bibliografia Básica	<p>AMARAL, D. C. et al. Gerenciamento ágil de projetos: aplicação em produtos inovadores. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.</p> <p>CAVALCANTE, P.; MENDONÇA, L.; BRANDALISE, I. Políticas Públicas e Design Thinking: Interações para enfrentar desafios contemporâneos. Inovação e políticas públicas: superando o mito da ideia. Brasília: Enap: Ipea, p. 29-52, 2019.</p> <p>KERZNER, H. Gerenciamento de Projetos: Uma Abordagem Sistêmica para Planejamento, Programação e Controle. 10ª ed. São Paulo: Blucher, 2011.</p> <p>MELO, A; ABELHEIRA, R. Design Thinking & Thinking Design: metodologia, ferramentas e uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Novatec, 2015.</p> <p>SUTHERLAND, J; SCHWABER, K. The Scrum Guide 11/2017. Disponível em: < https://www.scrumguides.org/docs/scrumguide/v2017/2017-Scrum-Guide-Portuguese-Brazilian.pdf>. Acesso em: 10/06/2019. TAPPSCOT, D. A hora da geração digital. São Paulo: Editora Agir, 2010.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>BAWENS, M; KOSTAKIS, V. Network society and future scenarios for a collaborative economy. London: Polgrave Pivot, 2014</p> <p>BROWN, T. Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias; Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p> <p>VIDAL, A. Agile Think Canvas. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2017.</p>

Componente	Política, Planejamento e Gestão em CTI
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo
Código UFRB	PGSS280
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas de CT&I
Ementa	Construção Administrativa do Estado Brasileiro: estrutura atual; breve histórico; interações sistêmicas entre os diversos organismos e inter-relação entre aspectos administrativos e aspectos econômicos financeiros e não financeiros. Os fundos setoriais, as FAPs e as mudanças na estrutura de financiamento da CTI no Brasil. Legislação e programas de apoio ao desenvolvimento. Relacionamento com o setor produtivo. Interação universidade- empresa, incubadoras, parques tecnológicos, organizações sociais. O desenvolvimento e institucionalização de CTI no Brasil e sua comparação a nível internacional. Políticas públicas e relações internacionais. Planejamento e gestão de CTI. Gestão estratégica de CTI. Planejamento e gestão em organizações públicas de CTI. Estratégias e instrumentos de planejamento em gestão em CTI.
Bibliografia Básica	<p>BELLEFLAMME, P.; PEITZ, M. Strategic Management of Technology and Innovation, McGrawHill Education, 2008.</p> <p>FELURY, N. M.; DE MELLO FILHO, L. L. Gestão da inovação. Editora FGV, 2021.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, J. Política de ciência, tecnologia e inovação: uma avaliação da gestão do sistema de proteção à propriedade intelectual no Brasil. Independent Journal of Management & Production, v. 2, n. 2, p. 44-74, 2011. Disponível via http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/11496/1/ARTIGO_PoliticaCienciasTecnologia.pdf</p> <p>TROTT, P. Innovation Management and New Product Development, Pearson. 2011.</p> <p>TIGRE, P. B. Gestão da Inovação: A Economia da Tecnologia no Brasil. 2ed.Campus, 2014.</p>
Bibliografia Suplementar	<p>GUIMARÃES, F. C. de M. S. A política de incentivo à inovação: inovação, desenvolvimento econômico e política tecnológica. Parcerias Estratégicas, v. 5, n. 9, p. 121-128, 2010.</p> <p>IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA, Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica. Eds: De Negri, J. A. e Kubota, L. C. cap. 1, Brasília, 2008. Disponível via http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/livros/capitulo01_27.pdf</p> <p>TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVIT, K. Gestão da inovação. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 633 p.</p>

Componente	Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia: Conceitos e Aplicações
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativo

Código UFRB	PGSS281
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Vínculo	Linha de Pesquisa Gestão de Políticas de CT&I
Ementa	Inovação e sua escala de Maturidade Tecnológica (TRL). Introdução à Propriedade Intelectual (PI) e estratégias de proteção. Introdução à estrutura, redação e busca de patentes. Proteção de software e marcas. Introdução à Transferência de Tecnologia (TT). Introdução à Prospecção Tecnológica (PT). Direitos de Propriedade Intelectual. Os sistemas de proteção da Propriedade Intelectual. O papel dos Organismos Internacionais na Propriedade Intelectual: WIPO e OMC. Instituições e Mecanismos de Proteção da Propriedade Intelectual no Brasil. Marcos regulatórios voltados à Propriedade Intelectual e à Transferência de Tecnologia. Licenciamento. Negociação de licenças de tecnologias e boas práticas em gestão de contratos. Introdução aos modelos e a gestão de contratos de prestação de serviços de pesquisa, parcerias em P&D, comercialização de tecnologia e propriedade intelectual em Instituições de Ciência e Tecnologia.
Bibliografia Básica	<p>AQUINO, L. G. de. Propriedade Industrial. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.</p> <p>BARBOSA, D. B. Uma Introdução à Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2006.</p> <p>BRANCO, G. Propriedade intelectual. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Aymaré Educação, 2011</p> <p>MATIAS-PEREIRA, J. Política de ciência, tecnologia e inovação: uma avaliação da gestão do sistema de proteção à propriedade intelectual no Brasil. Independent Journal of Management & Production, v. 2, n. 2, p. 44-74, 2011. Disponível via http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/11496/1/ARTIGO_PoliticaCienciasTecnologia.pdf</p> <p>MCTIC - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Brasil. Relatório Formict 2016. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/tecnologia/propriedade_intelectual/arquivos/Relatorio-Formict-Ano-Base-2016.pdf</p>
Bibliografia Suplementar	<p>CORNISH, W.; LLEWELYN, D.; APLIN, T. Intellectual Property: Patents, Copyrights, Trademarks & Allied Rights, Cambridge: Sweet & Maxwell, 2013.</p> <p>COSTA NETO, J. C. Direito Autoral no Brasil. São Paulo: FTD, 2008.</p> <p>EFRONI, Z. Access-Right: The future of digital copyright law. New York: Oxford University Press, 2011.</p>

15.1.5. Componentes curriculares optativos de caráter transversal as três linhas de pesquisa do PPGGPP

Componente	Tópicos Avançados em Gestão de Políticas Públicas I
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativa
Código UFRB	PGSS282
Creditação e Carga Horária	3 créditos e 51 h
Vínculo	Área de Concentração
Ementa	Conteúdo atualizado e relevante com expressiva contribuição ao desenvolvimento científico e tecnológico na área da Gestão Pública.
Bibliografia	Bibliografia especializada e atualizada a ser definida pelo docente de acordo com os tópicos ou temas a serem abordados.

Componente	Tópicos Avançados em Gestão de Políticas Públicas II
Nível	Mestrado
Tipo de Oferta	Componente Curricular
Natureza	Optativa
Código UFRB	PGSS283
Creditação e Carga Horária	3 créditos e 51 h
Vínculo	Área de Concentração
Ementa	Conteúdo atualizado e relevante com expressiva contribuição ao desenvolvimento científico e tecnológico na área da Gestão Pública.
Bibliografia	Bibliografia especializada e atualizada a ser definida pelo docente de acordo com os tópicos ou temas a serem abordados.

15.2. Componentes curriculares cursados em mobilidade acadêmica

A creditação em componentes curriculares vinculados a outros Programas de Pós-graduação, a serem cursados em mobilidade acadêmica interna na UFRB e/ou externa de caráter nacional ou internacional, serão objetos de análise e deliberação do Colegiado do PPGGPP, com base no Regimento Interno do Programa e nos normativos em vigor que regulamentam os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFRB e da legislação superior vigente.

15.3. Descrição das atividades obrigatórias a serem cumpridas para integralização curricular

As atividades acadêmicas obrigatórias do PPGGPP são individuais e integram o percurso formativo do discente matriculado em cada uma das atividades antes de sua realização. Caberá à Coordenação do Programa confirmar a matrícula e o resultado de consolidação de cada uma das

atividades. A estas atividades não serão atribuídas notas aos discentes e sim o status de aprovado (AP) ou reprovado (RP).

Atividade	Proficiência em Língua Inglesa em Gestão de Políticas Públicas
Natureza	Obrigatória
Código UFRB	SCCA823
Creditação e Carga Horária	Atividade não creditável/ sem carga horária específica
Carga Horária de Dedicção do Docente Responsável	17 h (1 hora/semana)
Vínculo	Área de Concentração
Descrição	Avaliar habilidades e conteúdos em língua inglesa, necessários ao cumprimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas; desempenho em leitura e interpretação em língua inglesa.
Bibliografia	Não se aplica.

Atividade	Pesquisa Orientada em Gestão de Políticas Públicas
Natureza	Obrigatória
Código UFRB	PGSS284
Creditação e Carga Horária	Atividade não creditável/ sem carga horária específica
Carga Horária de Dedicção do Docente Orientador	34 h (2 horas/semana/orientado)
Vínculo	Área de Concentração
Descrição	Desenvolvimento das atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão de Curso sob orientação de um docente permanente do curso.
Bibliografia	Não se aplica.

Atividade	Exame de Qualificação em Gestão de Políticas Públicas
Natureza	Obrigatória
Código UFRB	PGSS285
Creditação e Carga Horária	1 Crédito/ 17 horas
Carga Horária de Dedicção do Docente Orientador	17 h (1 hora/semana)
Vínculo	Área de Concentração
Descrição	Avaliação do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso do discente que deverá ser realizada até o último mês do semestre anterior aquele de finalização do curso.
Bibliografia	Não se aplica.

Atividade	Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Políticas Públicas
Natureza	Obrigatória
Código UFRB	PGSS286
Creditação e Carga Horária	3 Créditos/ 51 horas
Carga Horária de Dedicção do Docente Orientador	51 h (3 horas/semana)
Vínculo	Área de Concentração
Descrição	Elaboração e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso em conformidade com as orientações do TCC previstas no Regimento Interno do PPGPP.
Bibliografia	Não se aplica.

Atividade	Formação Continuada sobre Gestão de Políticas Públicas em Contextos Profissionais
Natureza	Obrigatória
Código UFRB	PGSS287
Creditação e Carga Horária	2 Créditos/ 34 horas
Carga Horária de Dedicção do Docente Responsável	34 h (2 horas/semana)
Vínculo	Área de Concentração
Descrição	Planejamento e organização de vivência educativa/formativa de caráter extensionista, direcionada a públicos-alvo vinculados ao Setor Público e/ou Organizações Sociais, efetivadas por meio de múltiplas estratégias didático-metodológicas.
Bibliografia	Não se aplica.

15.3.1. Detalhamento da atividade obrigatória Formação Continuada sobre Gestão de Políticas Públicas em Contextos Profissionais

Considerando as especificidades dos mestrados profissionais, o PPGPP investe em uma atividade de educação continuada com o propósito de oportunizar, aos futuros mestres em gestão de políticas públicas, a construção de conhecimentos que dialogam com as Ciências Humanas (Educação, Filosofia, Psicologia Educacional, Educação Profissional, etc.), Ciências Sociais (Sociologia, Ciência Política, Antropologia, etc.) e Aplicadas (Administração, Economia, Contabilidade, Direito, Meio Ambiente, etc.) e da Ciência da Informação (Banco de Dados, Tecnologias da Informação e Comunicação, etc.).

Nesse propósito, busca-se promover o desenvolvimento profissional dos discentes de pós-graduação, enquanto gestores, docentes universitários, educadores sociais e formadores de equipes de trabalho, por meio da construção dos requisitos necessários aos atos de planejar, executar e avaliar

programas educacionais a serem colocados a serviço de equipes de trabalho (de órgãos públicos) e da comunidade externa (organizações sociais).

Diante do exposto, a atividade **Formação Continuada sobre Gestão de Políticas Públicas em Contextos Profissionais** visa atender exigências previstas na Resolução CONAC 024/2018, notadamente no item “g” do Artigo 39. Esta atividade se fundamenta no princípio da flexibilização curricular e na indissociabilidade entre o Ensino, a Extensão e a Pesquisa, desenvolvendo-se em Instituições Públicas e ou em Organizações Sociais.

A atividade se caracteriza pela promoção de vivência educativa/formativa de caráter extensionista, direcionada a públicos-alvo diversificados. Admite-se o uso de múltiplas estratégias didático-metodológicas, a saber: a) levantamento de situações-problemas, com proposta de intervenção; b) roda de conversa; c) cafés filosóficos; d) ciclo de palestras; e) mini cursos; f) oficinas formativas; g) *workshops*; h) campanhas educativas; i) série de *podcast*; j) elaboração de material didático; l) análise de casos; m) soluções inovadoras para problemas da prática no serviço público, n) entre outros.

No tocante aos órgãos públicos de vinculação profissional do mestrando as ações educativas/formativas a serem propostas e desenvolvidas deverão contar com o apoio de gestores de órgãos públicos das diferentes esferas de governo (federal, estadual e ou municipal). Já no que se refere às organizações sociais diversas, a ações educativas/formativas a serem desenvolvidas contarão com o apoio dos gestores sociais ou líderes comunitários. As propostas de vivências educativas/formativas terão relação estreita com o campo da gestão de políticas públicas e todas as ações deverão ter a mediação do docente responsável pela atividade no semestre vigente. É facultado aos professores orientadores dos discentes a participação na equipe de coordenação da atividade.

Os critérios mínimos para a realização das ações educativas/formativas por parte dos mestrandos do PPGPP são:

- A formalização da matrícula e conclusão da atividade deverão ocorrer em um mesmoperíodo, até no máximo o terceiro semestre letivo do curso;
- Os discentes matriculados no semestre letivo participarão da elaboração da Proposta Educativa de Formação Continuada para o Setor Público e ou Organizações Sociais, sob a mediação do docente responsável pela atividade;
- Para execução da Proposta de Formação Continuada para o Setor Público e ou Organizações Sociais deverá ser buscado o apoio de gestores e/ou líderes comunitários conforme o caso;
- Os discentes matriculados deverão elaborar relatório das atividades realizadas para entrega ao docente responsável pela coordenação da atividade.

A critério do docente responsável pela coordenação da atividade poderão ser elaborados produtos técnico/tecnológicos e/ou bibliográficos decorrentes das experiências vivenciadas para além de relatório das atividades realizadas no semestre, que deverá ser entregue à Coordenação do curso para subsidiar informações com fins de avaliação do curso junto a CAPES.

16. Consolidação de encargo docente por componente curricular/atividades obrigatórias

No Quadro 5 relaciona-se a distribuição dos componentes curriculares entre os docentes do Programa. É importante destacar que para alguns componentes curriculares poderá haver mais de um docente atuando dado o caráter interdisciplinar do mesmo.

Quadro 5: Relação de componentes curriculares referenciais por docente do Programa

Docente	Componentes Curriculares
Alexandre Américo Almassy Junior	Desenvolvimento Local Sustentável Direito Ambiental
Daiane Loreto de Vargas	Sistemas Agroalimentares e Políticas Públicas
Edigilson Tavares de Araújo	Análise de Políticas Públicas
Eliene Gomes dos Anjos	Políticas Sociais
Felipe Rodrigues Bomfim	Empreendedorismo e Inovação Tecnológica Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia: Conceitos e Aplicações
Jesus Carlos Delgado Garcia	CTI Aplicada a Tecnologia Assistiva Inovação e Tecnologia Social
João Soares de Oliveira Neto	CTI no Setor Público Metodologias e Ferramentas para o Desenvolvimento de Novos Produtos e Novos Negócios
Jorge Antônio Santos Silva	Dinâmica das Organizações Estados de Bem-Estar Social
José Pereira Mascarenhas Bisneto	Ciência, Tecnologia e Inovação: Conceitos Básicos Política, Planejamento e Gestão de CTI
Lidiane Mendes Kruschewsky Lordelo	Planejamento e Gestão Ambiental Política, Planejamento e Gestão do Saneamento
Lys Maria Vinhaes Dantas	Gestão Pública Políticas de Educação no Brasil
Neilton da Silva	Políticas Educativas, Instituições e Atores Sociais
Renato de Almeida	Educação Ambiental e Políticas Públicas
Rosineide Pereira Mubarack Garcia	Avaliação de Políticas Públicas
Susana Couto Pimentel	Metodologia do Trabalho Científico Aplicada à Gestão de Políticas Públicas
Warli Anjos de Souza	Economia do Setor Público Gerenciamento de Projetos em CTI

O componente curricular Tópicos Avançados em Gestão de Políticas Públicas poderá ser ministrado por mais de um docente do Programa, em no máximo uma única turma por semestre letivo.

Caberá ao Colegiado do PPGGPP definir, por ocasião do Planejamento Acadêmico semestral, os docentes responsáveis pelos encargos de coordenação das atividades curriculares obrigatórias Proficiência em Língua Inglesa em Gestão de Políticas Públicas e Formação Continuada sobre Gestão de Políticas Públicas em Contextos Profissionais.

As atividades Pesquisa Orientada em Gestão de Políticas Públicas, Exame de Qualificação em Gestão de Políticas Públicas e Trabalho de Conclusão de Curso serão coordenadas pelo docente orientador do discente.

17. Metodologia de Ensino

Considerando a natureza profissional do Programa, a metodologia de ensino adotada pelo PPGGP se pauta pelos seguintes princípios:

- Atualidade dos conteúdos conceituais;
- Foco no desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à aplicabilidade profissional, em especial na busca por uma prática que leve à inovação e à transformação;
- Compromisso com a divulgação científica e tecnológica, com atuação implicada de docentes e discentes; e
- Flexibilidade de abordagens de ensino de modo a atender às especificidades de cada turma de mestrandos.

Registra-se que os processos seletivos para o PPGGP dão ênfase à inserção profissional do candidato. Portanto, as especificidades de cada turma variam de acordo com a experiência profissional de seus integrantes, que deve ser valorizada e compartilhada, em enriquecimento permanente da formação de todos.

A oferta dos componentes curriculares no PPGGP é predominantemente presencial, respeitado o limite máximo de 40% para desenvolvimento de atividades à distância em cada semestre letivo (Portaria MEC 2117/2019 para ensino superior). A oferta remota, quando houver, será predominantemente em caráter síncrono e se prestará ao enriquecimento da formação pela participação de convidados, acadêmicos e especialistas em temas da Gestão Pública, ao compartilhamento das atividades com comunidades específicas, ao atendimento de especificidades das turmas quanto ao desenvolvimento de seus trabalhos de conclusão de curso, dentre outros.

Em ofertas presenciais ou remotas serão utilizados recursos disponíveis, a exemplo das turmas virtuais do SIGAA (fundamental para o planejamento do processo formativo por docentes e discentes), Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, ferramentas do Google (adotados pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) e outros que se apresentem e sejam adequados.

A oferta semestral de componentes buscará concentrá-los em semanas específicas ou dias por semana, de modo a favorecer a participação de estudantes não residentes próximos à sede do mestrado. Esse *design* será repactuado a cada semestre, em um modelo flexível, visto que o perfil dos discentes varia a cada seleção.

Em seu processo de ensino, o Programa também poderá explorar os recursos disponibilizados pela Superintendência de Educação Aberta e à Distância - SEAD da UFRB, ofertando cursos de extensão à distância, cursos online abertos e massivos.

Poderão ser explorados, também, a critério dos docentes, os seguintes serviços ofertados pela SEAD: conversão de textos digitais para *e-book*; conversão de textos digitais para *audiobook*; publicação de livros digitais com a Licença Creative Commons; suporte de AVA a cursos de capacitação presenciais; gravações de videoaulas e organização de webconferências.

A integração dessas ferramentas na rotina didático-pedagógica do Programa está sendo estudada como forma complementar à capacitação dos discentes, sobretudo para tornar factível a participação de docentes externos em componentes curriculares.

18. Avaliação da aprendizagem, orientação/acompanhamento do discente e banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

A avaliação da aprendizagem discente em cada componente curricular contará com diferentes estratégias: apuração da frequência às aulas e/ou às atividades previstas e atribuição de notas a atividades e/ou exames. Ficam estabelecidas notas numéricas, até uma casa decimal, obedecendo uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). A média para aprovação em cada componente curricular será 6,0 (seis vírgula zero). Será reprovado por falta em um dado componente curricular o discente que tiver ultrapassado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de ausência. Ao final do Curso, o discente deverá obter média ponderada das notas e creditação nos componentes cursados, igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero).

É permitido ao discente repetir uma única vez o componente curricular no qual tenha sido reprovado. Duas reprovações seguidas em um mesmo componente curricular ou duas reprovações em componentes distintos implicarão abertura de processo de desligamento do discente junto ao Programa. Nesse caso previsto, para efeito de cálculo da média global no histórico escolar, será considerada apenas a nota obtida pelo discente na última vez em que cursar o componente curricular.

O detalhamento dos procedimentos para realização do Exame de Qualificação estará especificado no Regimento Interno do Programa. O discente só poderá submeter-se a defesa de seu Trabalho de Conclusão do Curso, se obtiver média global igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero). O não atendimento a essa média implicará o desligamento do discente do Programa, não cabendo qualquer reconsideração.

Nas atividades curriculares creditáveis ou não, o discente será considerado aprovado (AP) ou reprovado (RP), sem atribuição de nota. O discente reprovado em qualquer das atividades curriculares obrigatórias poderá repeti-la uma única vez. No caso de nova reprovação, o discente será automaticamente desligado.

Todo discente do PPGPP terá um Orientador, permitindo-se Coorientador(es). O perfil dos orientadores e as suas responsabilidades perante o discente e o PPGPP estará detalhado no Regimento Interno do Programa.

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), no PPGPP, pode assumir o formato de dois artigos, dissertação ou produto técnico-tecnológico, sendo este último em formato profissional, a exemplo de

relatórios de avaliação, manuais e guias, projetos de intervenção ou captação de recursos, dentre as inúmeras possibilidades de apresentação de conteúdo aplicado e implicado, voltado para a atuação profissional em Gestão de Políticas Públicas. O detalhamento das determinações relativas à elaboração do TCC estará especificado no Regimento Interno do Programa.

Os requisitos para composição e os procedimentos para agendamento e realização da Banca de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso estarão previstos no Regimento Interno do PPGPP.

19. Equivalências de componentes curriculares e atividades obrigatórias

19.1. Alteração em títulos/ementas de componentes curriculares

No Quadro 6 relaciona-se as informações pertinentes aos componentes curriculares do projeto pedagógico original do Programa (APCN de 2010) e as alterações definidas no presente projeto pedagógico em relação a títulos e ementas, para fins de equivalência.

Quadro 6: Títulos e ementas de componente curriculares originais de equivalência com atuais

Componente Curricular Original/ Ementa	Componente Curricular Atual/Ementa
<p>SCCA682 – ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS Gêneses dos sistemas políticos: da civita à sociedade civil e ao Estado. Transformações dos Sistemas políticos em Estado. Evolução ao Estado e suas funções. Teorias do Estado. Conceito de Estado e de Política Pública. Welfare State e a Crise do Estado contemporâneo. Planejamento e intervenção estatal. A construção do Estado interventor do Brasil. Estado e planejamento no Brasil. Estado e globalização. Instituições políticas e atores sociais.</p>	<p>PGSS268 - ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS <i>Politic e policy:</i> aspectos conceituais. Escolas e modelos de análise de políticas públicas e da ação pública: abordagens estadocêntricas e sociocêntricas. Análise Racional de Políticas Públicas e abordagem de ciclos e subsistemas. Problemas e arenas públicas. Atores e agendas. Redes de políticas públicas (<i>policy network</i>). Modelos de decisão (<i>policy making process</i>). Teorias de implementação. Instrumentos de políticas públicas. Intersectorialidade, transversalidade e interseccionalidade. Abordagens críticas e pós-positivistas. Experiências brasileiras na formulação e implementação de políticas públicas.</p>
<p>SCCA762 - SEMINÁRIOS EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL Métodos das ciências sociais aplicadas e humanas. A prática profissional e técnica em Gestão de políticas públicas e Segurança Social. Propostas, projetos e pesquisas em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social. Debates críticos sobre as agendas das questões preponderantes no campo das políticas públicas na área social.</p>	<p>PGSS269 - METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO APLICADA À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Métodos das ciências sociais aplicadas e humanas. A pesquisa e o desenvolvimento de produtos aplicados à gestão de políticas públicas. Elaboração de projetos de pesquisa na área da gestão de políticas públicas. Debates críticos sobre as agendas das questões preponderantes no campo das políticas públicas na área social.</p>

<p>SCCA693 - TEORIA ECONÔMICA Introdução à economia (conceito, problemas econômicos fundamentais e divisão do estudo econômico). Tópicos de microeconomia (demanda, oferta e equilíbrio de mercado, elasticidades, produção e estruturas de mercado). Tópicos de Macroeconomia (teoria e política macroeconômica, contabilidade social, renda e produto nacional, economia monetária, inflação, setor externo, crescimento e desenvolvimento econômica).</p>	<p>PGSS221 - ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO O papel do Estado na economia. Falhas de mercado. Falhas de governo. Finanças públicas e democracia. Financiamento das políticas públicas. O Gasto público no Brasil. Efeito distributivo das políticas públicas. Políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social. Aplicações da análise econômica na gestão de políticas públicas locais e regionais.</p>
<p>SCCA676 - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A implementação e avaliação de Políticas Públicas. Os fundamentos conceituais e principais modelos analíticos para a avaliação das Políticas Públicas. Os pré-requisitos, a relevância e as principais técnicas e métodos de avaliação de Políticas Públicas. Metodologias convencionais e participativas de diagnósticos sociais. Fases de elaboração de um projeto. Avaliação do projeto. Análise de projetos de desenvolvimento e seus impactos sociais. Editais de fundos e programas de financiamento de projetos.</p>	<p>PGSS270 - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Os fundamentos conceituais e principais modelos analíticos para a avaliação das Políticas Públicas e sua importância no ciclo de Políticas Públicas. Os pré-requisitos, a relevância e as principais técnicas e métodos de avaliação de Políticas Públicas. O sistema de indicadores como ferramenta fundamental para monitoramento e avaliação de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Pesquisa avaliativa em Políticas Públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto e efetividade de política públicas.</p>
<p>SCCA 761 - DINAMICA DAS ORGANIZACOES Paradigmas em teorias e estudos organizacionais. As abordagens contemporâneas sobre organizações. O poder e as organizações. A economia das organizações. A organização como recurso de análise da realidade territorial. Análise de redes nas organizações. O conceito de governança. Sistema de governança, território e desenvolvimento.</p>	<p>SCCA 761 - DINAMICA DAS ORGANIZACOES Paradigmas em teorias e estudos organizacionais. As abordagens contemporâneas sobre organizações. O poder e as organizações. A economia das organizações. A organização como recurso de análise da realidade territorial. Análise de redes nas organizações. O conceito de governança. Governança, território e desenvolvimento.</p>
<p>SCCA683 - ESTADOS DE BEM-ESTAR SOCIAL Da lei dos pobres ao Estado de Bem Estar: a formação dos sistemas de proteção social. Modelos de proteção social e teorias explicativas. Teorias do surgimento dos estados de bem-estar social. Tipologia do Estado de Bem Estar Social no combate à pobreza e desigualdades.</p>	<p>PGSS271 - ESTADOS DE BEM-ESTAR SOCIAL Da lei dos pobres ao Estado de Bem-Estar: a formação dos sistemas de proteção social. Modelos de proteção social e teorias explicativas. Teorias do surgimento dos estados de bem-estar social. Tipologia do Estado de Bem-Estar Social. Papel das políticas públicas como propulsoras ou inibidoras do avanço social. A discussão sobre a crise do Estado de Bem-Estar Social. Impactos do Estado de Bem-Estar Social no combate à pobreza e desigualdades.</p>
<p>PGSS220 - POLÍTICAS SOCIAIS</p>	<p>PGSS220 - POLÍTICAS SOCIAIS</p>

<p>Políticas sociais como função de governo. Análise da experiência empírica brasileira de formulação e implementação de políticas sociais. Desafios e perspectivas.</p>	<p>Políticas sociais como função de governo. Análise da experiência empírica brasileira de formulação e implementação de políticas sociais. Desafios e perspectivas de políticas sociais.</p>
<p>SCCA678 - DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL Referenciais conceituais acerca do desenvolvimento e da sustentabilidade. Desenvolvimento local e globalização. Histórico e desafios do desenvolvimento local sustentável. Abordagens participativas para o desenvolvimento local.</p>	<p>PGSS290 - DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL Referenciais conceituais acerca do desenvolvimento sustentável. Elementos constitutivos de políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Multidimensionalidade do desenvolvimento local com ênfase nos aspectos educacionais, políticos, sociais, econômicos e ambientais. Desenvolvimento local, globalização e meio ambiente. Abordagens participativas para o desenvolvimento local.</p>
<p>SCCA 680 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE Aspectos históricos da relação homem - natureza; Histórico da educação ambiental: principais eventos internacionais e no Brasil; Tendências em educação ambiental; Legislação de Educação Ambiental; Educação ambiental como política pública; Educação para gestão ambiental pública; Métodos e técnicas em Educação ambiental; Elaboração de programas de educação ambiental.</p>	<p>PGSS273 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS Descreve processos históricos da educação ambiental e do movimento ambientalista. Aponta aspectos de avaliação da Política Ambiental brasileira e a importância do Controle Social para a sustentabilidade. Discute as Macrotendências Pedagógicas da educação ambiental e as mudanças legais pertinentes. Apresenta a educação ambiental enquanto estratégia interventiva da gestão ambiental e sua inserção nas diferentes políticas ambientais. Apresenta métodos e técnicas em Educação ambiental além de experiências de elaboração de políticas públicas e ferramentas de avaliação das políticas públicas de educação ambiental.</p>
<p>SCCA 697 – DIREITO AMBIENTAL Teoria geral do Direito Ambiental. Constitucionais Ambientais. Legislação Ambiental pertinente e respectivos instrumento jurídico de proteção ambiental. Direito Ambiental Internacional.</p>	<p>PGSS272 – DIREITO AMBIENTAL Evolução e princípios do Direito Ambiental Brasileiro. Direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado. Competências ambientais. Política e Sistema Nacional de Meio Ambiente. Estudos de Impacto Ambiental. Licenciamento ambiental. Tutelas jurídicas: patrimônio florístico e faunístico. Política e Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Responsabilidade ambiental.</p>
<p>SCCA 677 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: CONCEITOS BÁSICOS O conhecimento científico e sua possibilidade. Trajetória da ciência, modos de produção de conhecimento e revoluções científicas. Construção da ciência moderna e sua relação com a tecnologia. Sociedade do Conhecimento e sociedade da informação. A teoria da inovação. Contextos socioeconômicos. Ambiente competitivo internacional. O lócus da inovação e o processo interativo. Sistemas nacionais de inovação</p>	<p>PGSS289 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: CONCEITOS BÁSICOS O conhecimento científico e sua possibilidade. Trajetória da ciência, modos de produção de conhecimento e revoluções científicas. Construção da ciência moderna e sua relação com a tecnologia. Sociedade do Conhecimento e sociedade da informação. A teoria da tecnologia e da inovação. Contextos socioeconômicos. Ambiente competitivo internacional. Importância da interação entre universidades, empresas e governo para a inovação. Sistemas nacionais de inovação. Indicadores de produção e avaliação em CTI.</p>

<p>SCCA 681 - ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS PÚBLICOS EM CT&I Ciência e tecnologia no Brasil e a lei de inovação tecnológica. Considerações gerais sobre programas e projetos públicos. Abordagem do risco e incerteza de projetos públicos em CTI. Critérios para seleção de projetos públicos em CTI. Ferramentas e métodos para elaboração de projetos públicos em CTI. Elementos constitutivos da estrutura e do gerenciamento de projetos públicos em CTI (iniciação, planejamento, execução, controle, encerramento e avaliação). Metodologia de gerenciamento de projetos do Project Management Institute consolidada no Project Management Body of Knowledge. Efeitos externos de um projeto público. Avaliação social de um projeto público. Principais aspectos e variáveis da avaliação do impacto dos projetos públicos em CTI. Estudos de casos.</p>	<p>PGSS277 - GERENCIAMENTO DE PROJETOS EM CTI Ciência e tecnologia no Brasil e a lei de inovação tecnológica. Considerações gerais sobre programas e projetos públicos. Abordagem do risco e incerteza de projetos públicos em CTI. Critérios para seleção de projetos públicos em CTI. Ferramentas e métodos para elaboração de projetos públicos em CTI. Elementos constitutivos da estrutura e do gerenciamento de projetos públicos em CTI (iniciação, planejamento, execução, controle, encerramento e avaliação). Metodologia de gerenciamento de projetos do Project Management Institute consolidada no Project Management Body of Knowledge. Efeitos externos de um projeto público. Avaliação social de um projeto público. Principais aspectos e variáveis da avaliação do impacto dos projetos públicos em CTI. Estudos de casos.</p>
<p>SCCA 690 - POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO DE C&T&I Conceito de Estado e de Políticas Públicas / Introdução à intervenção estatal, planejamento e fundamentos da gestão pública / A construção do Estado interventor no Brasil/ Estado e planejamento no Brasil / O conceito C&T, o processo inovativo e a função C&T no Estado contemporâneo/ categoria de inovação e sua importância para a competitividade e para o bem estar / A visão da intervenção dirigida para o desenvolvimento científico e tecnológico / A criação do CNPq e o fomento à pós-graduação no Brasil/ A criação da CAPES e da FINEP e a complexidade e a complexificação do sistema brasileiro de C&T / Os Planos Básicos de desenvolvimento Científico e Tecnológico, PBDCTs, / A criação do MCT e do Conselho Nacional de C&T / Vicissitude na constituição retardatária do Sistema Nacional de Inovação no Brasil/ A visão da intervenção dirigida para o desenvolvimento da C&T & / nos anos noventa/ Instrumentos para a gestão de instituições do sistema de C&T&I:</p>	<p>PGSS280 - POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CTI Construção Administrativa do Estado Brasileiro: estrutura atual; breve histórico; interações sistêmicas entre os diversos organismos e inter-relação entre aspectos administrativos e aspectos econômicos financeiros e não financeiros. Os fundos setoriais, as FAPs e as mudanças na estrutura de financiamento da CTI no Brasil. Legislação e programas de apoio ao desenvolvimento. Relacionamento com o setor produtivo. Interação universidade-empresa, incubadoras, parques tecnológicos, organizações sociais. O desenvolvimento e institucionalização de CTI no Brasil e sua comparação a nível internacional. Políticas públicas e relações internacionais. Planejamento e gestão de CTI. Gestão estratégica de CTI. Planejamento e gestão em organizações públicas de CTI. Estratégias e instrumentos de planejamento em gestão em CTI.</p>

<p>planejamento, programas de pesquisa, prospecção tecnológica, avaliação, administração de recursos humanos, comunicação e difusão, transferência de tecnologia, redes de cooperação e relação como setor privado e como mercado. / Os fundos setoriais, as FAPs e as mudanças na estrutura de financiamento da C&T& no Brasil/ Criação da ABDI e do SIBRATEC</p>	
--	--

19.2. Equivalências de componentes e atividades curriculares:

No Quadro 7 relaciona-se as informações pertinentes aos componentes curriculares e atividades obrigatórias constantes no projeto pedagógico original do Programa (APCN de 2010) e as alterações definidas no presente projeto pedagógico em termos de títulos, cargas horárias e créditos para fins de equivalência.

Quadro 7: Componente curriculares e atividades obrigatórias originais e atuais para fins de equivalência

Matriz Anterior do Curso de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social			Nova Matriz do Curso de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas		
Componentes Curriculares Obrigatórios	Carga Horária	Créditos	Componentes Curriculares Obrigatórios	Carga Horária	Créditos
SCCA682 - Estado, Sociedade e Políticas Públicas	51	03	XXXX XXX – Análise de Políticas Públicas	51	03
SCCA762 - Seminários em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	51	03	XXXX XXX – Metodologia do Trabalho Científico Aplicada à Gestão de Políticas Públicas	51	03
SCCA693 - Teoria Econômica	51	03	PGSS221 - Economia do Setor Público	51	03
Atividade Obrigatória	Carga Horária	Créditos	Atividade Obrigatória	Carga Horária	Créditos
SCCA527.2 - Pesquisa Orientada	0	0	XXXX-XXX - Pesquisa Orientada em Gestão de Políticas Públicas	0	0
SCCA 758 - Trabalho de Conclusão de Curso	102	0	XXXX - XXX - Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Políticas Públicas	51	3
Componentes Curriculares Optativos	Carga Horária	Créditos	Componentes Curriculares Optativos	Carga Horária	Créditos
SCCA 678 - Desenvolvimento Local e Sustentável	51	03	SCCA 678 - Desenvolvimento Local Sustentável	51	03
SCCA 680 - Educação Ambiental para a Sustentabilidade	51	03	XXXX-XXX - Educação Ambiental e Políticas Públicas	51	03
SCCA 681 - Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Públicos em CT&I	51	03	XXXX-XXX Gerenciamento de Projetos em CTI	51	03
SCCA 690 Política, Planejamento e Gestão de C&T&I	51	03	XXXX-XXX - Política, Planejamento e Gestão de CTI	51	03

20. Migração dos discentes para o currículo novo

Após a aprovação do presente Projeto Pedagógico do PPGPP nas instâncias pertinentes da UFRB (Colegiado do Programa, Conselho Diretor do CCAAB, Câmara de Pesquisa e Pós-graduação e CAPES), todos os discentes ingressantes serão automaticamente vinculados a este novo instrumento. Para os discentes regulares, cujo ingresso tenha ocorrido antes da aprovação do presente Projeto Pedagógico, será feita uma exposição das mudanças didáticas e pedagógicas incorporadas ao Curso, bem como aberta a possibilidade de adesão ao novo currículo por meio de assinatura de Termo de Migração Para Novo Currículo (Apêndice 1).

Em concordância com deliberação do Colegiado do PPGPP, definida em reunião ordinária ocorrida 29/06/2022, será aberto processo de dispensa da obrigatoriedade de cursar os componentes curriculares obrigatórios SCCA 693 Teoria Econômica e SCCA 696 Teoria Sociológica para todos os discentes ativos do Programa, matriculados a partir de 2020.1, que migrarem para o novo currículo e que obtiveram aprovação nos componentes curriculares então optativos PGSS 219 – Gestão Pública e PGSS 221 – Economia do Setor Público.

Os discentes ativos do Programa ingressantes entre 2020.1 e 2022.1 que migrarem para o novo currículo também poderão proceder a abertura de processo dispensa da obrigatoriedade de cumprir as seguintes atividades: Exame de Qualificação em Gestão de Políticas Públicas e Formação Continuada sobre Gestão de Políticas Públicas em Contextos Profissionais.

Ao presente Projeto Pedagógico não serão vinculados discentes regulares e ativos do PPGPP que efetuaram primeira matrícula antes do semestre 2020.1. O processo de migração de discentes para o novo currículo será conduzido pelo Colegiado após entrada em vigor do novo Projeto Pedagógico do Programa.

21. Planejamento Estratégico do Programa

Com base nos resultados obtidos no I Seminário Interno de Avaliação e Planejamento Estratégico do PPGPP ocorrido em 2019 e nos objetivos e metas de fortalecimento da Pós-graduação contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFRB, com vigência até 2030, o PPGPP elaborou seu Planejamento Estratégico para o período de 2022 à 2025, respeitando o ciclo avaliativo da CAPES (Quadrienal 2021-2024 com previsão de resultado em 2025), como forma de guiar as ações em prol de seu fortalecimento e para melhor contribuir com os objetivos traçados para o desenvolvimento institucional da UFRB. Tal planejamento está detalhado no Apêndice 2 do presente PPC. Deve-se esclarecer que este Planejamento Estratégico será revisado anualmente, com base em resultados de processos avaliativos da CAPES e das ações periódicas de Autoavaliação do Programa.

22. Política de Autoavaliação do PPGPP

O Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas – PPGPP da UFRB completou 10 anos em 2021. Durante este período o Programa vem buscando aprimorar a qualidade de sua formação. Para tanto, seguindo uma tendência da Pós-graduação Brasileira, tem investido esforços em proceder ações de autoavaliação. Paulatinamente vem incorporando mudanças tanto de caráter acadêmico, quanto administrativo, além de ampliar as estratégias de (re)aproximação junto a seus egressos e instituições ligadas a sua missão, notadamente as instituições públicas das esferas municipal, estadual ou federal.

Com base nos resultados obtidos por iniciativas de autoavaliação conduzidas pela gestão do Programa junto à sua comunidade no último quadriênio (2017 – 2020) e levando em consideração as

recomendações da Comissão Própria de Autoavaliação – CPA da UFRB, da Área de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES, e a Resolução CONAC 10/2021 da UFRB, que institui o Plano Institucional de Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a presente Política de Autoavaliação do PPGGP (referente ao Ciclo Avaliativo 2022 – 2025) foi elaborada com o objetivo de nortear o processo de obtenção da percepção das potencialidades e fragilidades do PPGGP em relação aos processos avaliativos externos e de qualificação das ações formativas do curso, com base nos anseios de sua comunidade e das instituições a ele relacionadas. A Política tem como propósito, também, apresentar as diretrizes e procedimentos do processo de autoavaliação, bem como as modalidades de coleta de dados e a forma como os resultados devem ser incorporados ao Planejamento Estratégico do PPGGP.

A política de autoavaliação do PPGGP é sua principal ferramenta de aprimoramento permanente e atende a Instrução Normativa própria (Apêndice 3). São princípios desta política:

- Caráter formativo e participativo, abrangendo todos os segmentos do Programa;
- Diálogo com os processos de avaliação institucionais, articulando-se para isso com a Comissão Própria de Autoavaliação (CPA) e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFRB;
- Diálogo com o processo avaliativo da CAPES;
- Ética na condução do processo de autoavaliação;
- Divulgação ampla e transparente do processo propriamente dito e de seus resultados.

Como diretrizes o processo de autoavaliação do PPGGP deve preconizar:

- Constituir-se em processo dinâmico, conceituado e autogerido pela comunidade acadêmico-científica do Programa;
- Monitorar a qualidade do Programa, mediante acompanhamento de seus aspectos formativos, sua produção de conhecimento, sua atuação e seu impacto político, educacional, econômico e social;
- Assegurar seu caráter permanente e contínuo;
- Acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico do PPGGP, em termos de objetivos para o ciclo avaliativo (CAPES) em andamento.

O processo de autoavaliação será conduzido por uma Comissão Permanente de Autoavaliação, designada pelo Colegiado do Programa a partir de consulta pública, e composta pelos seguintes membros: representante do corpo docente permanente; representante do corpo discente ativo; representante dos egressos do Programa, representante do corpo de Servidores Técnico-administrativos diretamente ligados ao Programa e representante docente do Colegiado do Programa. O detalhamento do funcionamento do processo de autoavaliação e do funcionamento da Comissão Permanente de Autoavaliação estão descritos em Instrução Normativa específica (Apêndice 3).

Os resultados e contribuições oriundos do processo de autoavaliação serão utilizados para a tomada de decisão sobre o Planejamento Estratégico do Programa, bem como para definição de ações

voltadas ao seu aprimoramento. Cabe ao Colegiado do PPGGPP assegurar o efetivo uso das informações obtidas no processo de autoavaliação do Programa.

23. Estratégia de acompanhamento do egresso

Considerando os dados coletados em 2021, constatou-se que a expressiva maioria dos egressos do PPGGPP (78,62%) vincula-se, profissionalmente, a instituições da esfera pública: nível federal (42,76%); estadual (21,38%); municipal (9,65%) ou empresas públicas (4,83%). Esse é um resultado muito relevante ao PPGGPP, pois permite inferir que sua missão de qualificação de profissionais da área da gestão pública está sendo alcançada. Outra conclusão que podemos perceber ao analisar esse dado é o potencial do Programa de continuar desenvolvendo ações que possam, com o envolvimento destes egressos, aprimorar a gestão em diferentes órgãos públicos, como o que está incluído no Planejamento Estratégico do Programa para implantação neste ciclo avaliativo, denominado Rede de Desenvolvimento Profissional da Gestão de Políticas Públicas na Bahia – REDE GPP.

Além dessa busca ativa de egressos, por meio de consulta conduzida pela Coordenação do PPGGPP e do projeto de implantação da REDE GPP, desde 2020 tem sido organizado, anualmente, pelo Colegiado do Programa os Seminários de Integração do PPGGPP. A programação desses Seminários contempla atividades conduzidas pelos discentes ativos, docentes e egressos do Programa, fortalecendo os vínculos desses profissionais.

Outra estratégia, pouco formal, está ligada ao uso das mídias sociais do PPGGPP, que acabam agregando não apenas novos candidatos interessados, mas também os egressos. A página Facebook: <https://www.facebook.com/mpgppss> conta com 964 seguidores. O perfil Instagram: @ppggppss é mais recente e conta com 229 seguidores.

APÊNDICE 1

Termo de Solicitação de Migração do Currículo de Ano de Referência 2010 para o Currículo de Ano de Referência 2023 do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social

Eu _____, portador(a) do RG _____, do CPF _____, devidamente matriculado(a) sob número _____ no Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social - PPGGPPSS do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, DECLARO que:

- 1) Tenho ciência que ao assinar o presente Termo de Solicitação de Migração para o Currículo de Ano de Referência 2023 do PPGGPP abduco do direito até então a mim assegurado de ao concluir o curso ser titulado como Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social;
- 2) Tenho ciência que ao ser efetivada a minha migração para o currículo de ano de referência 2023 paço a ter o direito de, ao concluir o curso, ser titulado como Mestre em Gestão de Políticas Públicas.
- 3) Tenho ciência que após efetivada a minha migração para o currículo de ano de referência 2023, o processo não poderá ser revertido.
- 4) Confirmo que tive acesso e fui esclarecido sobre todas as alterações que estão vigentes no novo projeto pedagógico do curso, aprovado mediante Resolução CONAC nº _____.
- 5) Tenho ciência que ao migrar para o currículo de ano de referência 2023, tenho a possibilidade de solicitar equivalência de componentes curriculares/atividades obrigatórias cursadas anteriormente.
- 6) Tenho ciência que ao ser efetivada a migração para o currículo de ano de referência 2023 mantereí meu registro acadêmico.
- 7) Tenho ciência que o período de 24 meses para integralização de curso não sofrerá alteração em razão de minha migração para o currículo de ano de referência 2023 .
- 8) Tenho ciência que o prazo final para discentes com matrícula ativa no 2º semestre de 2023 protocolizarem o Termo de Solicitação de Migração é dia 01 de dezembro de 2023.
- 9) O Termo de Solicitação de Migração deve ser preenchido e assinado junto à Coordenação do PPGGPPSS, que emitirá protocolo de recebimento.
- 10) Tenho ciência que discentes com matrícula trancada no PPGGPPSS deverão, primeiramente, realizar o destrancamento de matrícula, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico da UFRB, para então poderem solicitar a migração para o currículo de ano de referência 2023.

Declaro que fui devidamente esclarecido sobre as implicações decorrentes do processo de migração e que minha opção pela migração é voluntária. Por ser verdade e estar de acordo, firmo o presente termo.

Nome:	
RG:	
CPF:	
Matrícula:	
Assinatura:	

Cruz das Almas, ____ de _____ de 2023.

APÊNDICE 2

Planejamento Estratégico do PPGPP para o Ciclo Avaliativo 2022 – 2025

O presente Planejamento Estratégico contempla ações para o período 2022 a 2025. Ele é produto do I Seminário Interno de Avaliação e Planejamento Estratégico do PPGPP, organizado pela Coordenação do Programa e ocorrido em 2019. No mencionado Seminário discentes e docentes debateram resultados das avaliações do PPGPP já conduzidas pela CAPES, bem como instrumentos de autoavaliação do Programa aplicados desde o início da última Avaliação Quadrienal junto a egressos e docentes. As indicações de ações estratégicas para o desenvolvimento do PPGPP, obtidas no Seminário, foram recolhidas pela Comissão responsável pela elaboração da proposta de Planejamento Estratégico e foram correlacionadas com os objetivos e metas de fortalecimento da Pós-graduação, contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFRB, com vigência de 2019 a 2030.

1. RELAÇÃO ENTRE A MISSÃO DO PROGRAMA E OS SISTEMAS DE ENSINO SUPERIOR E DE PÓS-GRADUAÇÃO

A missão do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas - PPGPP é contribuir para o aprimoramento qualificado de profissionais atuantes no desenvolvimento de políticas públicas de cunho social, ambiental e científico-tecnológico, valorizando a inovação da gestão pública nas esferas municipal, estadual e federal. Desta forma o presente Planejamento Estratégico tem como propósito traçar as ações prioritárias para o desenvolvimento do Programa no período de 2022 a 2025, com foco em ampliar sua inserção social e contribuição para o desenvolvimento da gestão e das políticas públicas no âmbito das instituições públicas pertencentes às esferas municipal, estadual e federal, notadamente, mas não exclusivamente, aquelas inseridas no estado da Bahia. Como trata-se do único programa de mestrado profissional da Área de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES na Bahia, o fortalecimento deste programa pode significar relevante contribuição do Sistema Nacional de Pós-graduação ao estado da Bahia e auxiliará a UFRB, enquanto instituição ofertante, a também atingir seus objetivos relacionados à promoção de formação profissional de qualidade no âmbito das Instituições de Ensino Superior – IES públicas.

2. AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA DESENVOLVIMENTO DO PPGPP NO PERÍODO DE 2022 - 2025

2.1. Objetivo do PDI da UFRB: Estimular o desenvolvimento de pesquisa em rede, de caráter multidisciplinar e interinstitucional.

Ação Proposta pelo PPGPP para alcance do Objetivo: Considerando que a Gestão Pública é um campo de natureza multidisciplinar, estimular e apoiar os docentes vinculados ao PPGPP a integrarem grupos

de pesquisa que sejam compostos por pesquisadores e discentes de múltiplas instituições; incentivar os docentes e discentes do PPGPP a coordenar e/ou participar de pesquisas realizadas de maneira interinstitucional ou atreladas a associações representativas do Campo de Públicas e dos Campos de conhecimento que conformam as linhas de pesquisa do PPGPP (políticas sociais, gestão ambiental e ciência, tecnologia e inovação), nacional e internacionalmente, inclusive para captação de recursos.

Período: 2022 - 2025

Indicador de avaliação: Acompanhamento anual do percentual de docentes vinculados a pesquisas desenvolvidas de maneira interdisciplinar e/ou interinstitucional. Acompanhamento anual do percentual de docentes vinculados a grupos de pesquisa, devidamente reconhecidos institucionalmente e que estejam inscritos no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, cuja inscrição tenha sido feita por outras IES e instituições de pesquisa que não a UFRB.

2.2. Objetivo do PDI da UFRB: Estimular a interação entre a graduação e pós-graduação.

Ação Proposta pelo PPGPP para alcance do Objetivo: Promover a melhor estruturação dos Projetos conduzidos no âmbito de cada linha de pesquisa do Programa, incentivando a ampliação da participação de discentes da graduação nos projetos conduzidos pelos mestrados. Por meio do Projeto Rede de Desenvolvimento Profissional da Gestão de Políticas Públicas na Bahia – REDE GPP, conveniar as instituições onde atuam os egressos e discentes ativos do PPGPP e incentivar que os mesmos atuem como supervisores de estágio supervisionado de discentes de cursos de graduação da UFRB aderentes a área de gestão de políticas públicas. Incentivar organização de eventos e atividades conjuntas entre os discentes ativos do mestrado e graduandos.

Período: 2023 - 2025

Indicador de avaliação: Acompanhamento anual do percentual de discentes de graduação vinculados a projetos ou atividades conduzidas no âmbito do PPGPP.

2.3. Objetivo do PDI da UFRB: Ampliar a quantidade de artigos e produtos publicados por docentes e discentes da pós-graduação em periódicos de alto impacto.

Ação Proposta pelo PPGPP para alcance do Objetivo: Realizar eventos periódicos junto à comunidade do Programa, sensibilizando para a necessidade de ampliação e qualificação da produção, não apenas de artigos em periódicos de impacto, mas também de produtos técnico/tecnológicos, pois o PPGPP é um Programa de caráter profissional. Incentivar que cada nova turma de um componente curricular gere pelo menos uma produção coletiva. Incentivar a diversificação das modalidades de produtos técnicos/tecnológicos gerados como Trabalho de Conclusão de Curso do Programa.

Período: 2022 - 2025

Indicador de avaliação: Acompanhamento anual do percentual de produção dos discentes no âmbito do PPGPP.

2.4. Objetivo do PDI da UFRB: Captar recursos através de editais nacionais e internacionais de fomento à pesquisa.

Ação Proposta pelo PPGPP para alcance do Objetivo: Incentivar que o corpo docente do Programa submeta propostas de projetos, preferencialmente coletivas, congregando discentes do mestrado e de graduação a editais de fomento à pesquisa. Ampliar as parcerias com instituições públicas da Bahia para realização de pesquisas aplicadas na área da gestão de políticas públicas.

Período: 2023 - 2025

Indicador de avaliação: Acompanhamento anual do percentual de projetos e parcerias com instituições públicas e órgãos de fomento efetivadas pelo PPGPP.

2.5. Objetivo do PDI da UFRB: Ampliar parcerias e organizar grupos e redes de pesquisa e de extensão com instituições estrangeiras e estruturar e implementar um projeto de internacionalização para a pós-graduação em consonância com uma política de inovação e integração de conhecimentos.

Ação Proposta pelo PPGPP para alcance do Objetivo: Implicar o apoio institucional para viabilização das parcerias de cooperação internacional, contemplando a possibilidade de acolhimento de professores visitantes, intercâmbios docentes e discentes e produção conjunta.

Período: 2023 - 2025

Indicador de avaliação: Acompanhamento do percentual de instituições internacionais conveniadas e de projetos de cooperação internacional desenvolvidos junto ao PPGPP.

2.6. Objetivo do PDI da UFRB: Captar novas bolsas estudantis para discentes de pós-graduação.

Ação Proposta pelo PPGPP para alcance do Objetivo: Ampliar o número de convênios e parcerias com instituições públicas e organizações do terceiro setor e desenvolver termos de cooperação técnica e científica que possam prever a possibilidade da oferta de bolsas para o PPGPP ou outro tipo de contrapartida que favoreça a qualificação do Programa e o processo formativo dos discentes.

Período: 2023 - 2025

Indicador de avaliação: Acompanhamento anual do percentual de convênios e/ou projetos em parceria, estabelecidos com instituições públicas e organizações do terceiro setor junto ao PPGPP.

2.7. Objetivo do PDI da UFRB: Ampliar a quantidade de discentes matriculados na pós-graduação.

Ação Proposta pelo PPGPP para alcance do Objetivo: De acordo com a capacidade de orientação instalada, inserir vagas ociosas decorrentes de não preenchimento em processos seletivos anteriores e/ou desligamento de discentes regulares nos processos seletivos anuais para discentes regulares.

Período: 2022 - 2025

Indicador de avaliação: Acompanhamento do número de vagas anuais ofertadas pelo PPGPP em decorrência da capacidade de orientação do corpo docente.

2.8. Objetivo do PDI da UFRB: Institucionalizar as atividades EaD ao nível de pós-graduação e nas diversas formas de educação continuada e estimular a adoção de modalidades híbridas de ensino, disseminando a prática do uso de tecnologias ativas, inovadoras e a distância.

Ação Proposta pelo PPGPP para alcance do Objetivo: Contemplar e valorizar no Projeto Pedagógico e no Regimento Interno do Programa a possibilidade de realização de atividades EaD e a adoção de modalidades híbridas para o processo formativo dos discentes. Incentivar que docentes realizem capacitações em recursos EaD e adotem atividades deste caráter como estratégia de diversificação do processo de ensino e aprendizagem. Promover, no âmbito do Programa, eventos virtuais tanto de cunho local e regional como também internacional, incentivando a participação de docentes, discentes, egressos e profissionais de instituições ligadas à área da gestão de políticas públicas, tanto de instituições nacionais quanto estrangeiras, o que também pode contribuir para o fortalecimento do processo de internacionalização do Programa. Viabilizar no âmbito do Programa a concretização de ações de mobilidade virtual externa nacional e/ou internacional, de acordo com a política institucional definida pela UFRB.

Período: 2022 - 2025

Indicador de avaliação: Acompanhamento anual do percentual de adoção de práticas EaD em atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão promovidas pelo Programa.

2.9. Objetivo do PDI da UFRB: Incentivar a qualificação de alto nível dos docentes permanentes em associação direta às linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação.

Ação Proposta pelo PPGPP para alcance do Objetivo: Incentivar que os docentes do PPGPP contemplem demandas do Programa em suas propostas para o Plano de Capacitação Institucional dos Docentes da UFRB. Propor a Câmara de Pesquisa e Pós-graduação da UFRB que solicite a revisão do marco regulatório institucional sobre capacitação docente como forma de incentivar que o processo de planejamento da qualificação docente, principalmente no que tange a afastamentos para capacitação, contemplem as necessidades de qualificação ligadas aos programas de Pós-graduação.

Período: 2022 - 2025

Indicador de avaliação: Acompanhamento anual da execução do plano de capacitação dos docentes do PPGPP.

2.10. Objetivo do PDI da UFRB: Estimular a criação de novos laboratórios.

Ação Proposta pelo PPGPP para alcance do Objetivo: Negociar com os órgãos superiores da UFRB, principalmente a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação, Criação e Inovação – PPGCI e o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB (que abriga o Programa) a possibilidade de cessão de um espaço físico que possa centralizar as atividades administrativas e acadêmicas do Programa, contemplando também a possibilidade de instalação do Laboratório de Gestão de Políticas Públicas para suporte a diversos projetos do Programa, além de sediar a Rede de Desenvolvimento Profissional

da Gestão de Políticas Públicas na Bahia – REDE GPP e oferecer melhor condição de apoio aos discentes e docentes do Programa.

Período: 2022 - 2024

Indicador de avaliação: Acompanhamento das tratativas para estabelecimento de nova sede para o PPGGPP.

2.11. Objetivo do PDI da UFRB: Promover a realização de pesquisas que busquem a solução de problemas regionais; realizar convênios entre programas de pós-graduação e empresas e instituições públicas da região para a formação de profissionais capacitados e o avanço do conhecimento de temáticas regionais e acompanhar o estudante fora da Instituição, para manutenção do sentimento de pertencimento à UFRB e permanente interlocução com o mundo do trabalho.

Ação Proposta pelo PPGGPP para alcance do Objetivo: Historicamente os Trabalhos de Conclusão de Curso do PPGGPP valorizam a aplicação local e regional do conhecimento gerado. Trata-se de um Programa de Pós-graduação que tem alcançado grande capilaridade de egressos em instituições públicas, tanto ao nível municipal e estadual, quanto federal. A proposta de implantação a partir de 2023 do Projeto Rede de Desenvolvimento Profissional da Gestão de Políticas Públicas na Bahia – REDE GPP, que prevê a criação e articulação de uma rede de profissionais da área de gestão de políticas públicas, valoriza muito o papel do egresso, permitindo a manutenção de seu vínculo com PPGGPP e consequentemente com a UFRB. A possibilidade de conveniar as instituições as quais os egressos fazem parte também amplia a visibilidade do Programa junto a esfera pública local, regional, territorial e estadual, auxiliando a que o Programa atinja seus principais objetivos.

Período: 2022 - 2025

Indicador de avaliação: Acompanhamento anual do percentual de convênios firmados, pesquisas e trabalhos em rede conduzidos no âmbito do PPGGPP com o envolvimento de egressos.

2.12. Objetivo do PDI da UFRB: Ampliar as parcerias nacionais e internacionais para realização de estágios

Ação Proposta pelo PPGGPP para alcance do Objetivo: Implantação a partir de 2023 do Projeto Rede de Desenvolvimento Profissional da Gestão de Políticas Públicas na Bahia – REDE GPP que poderá viabilizar o estabelecimento de convênios entre o PPGGPP/UFRB e as instituições públicas onde atuam os egressos do Programa. Tais convênios podem viabilizar a ampliação da oferta de vagas de estágios na área da gestão de políticas públicas para discentes da graduação e/ou pós-graduação, contando com os egressos do Programa para atuarem como supervisores. A possibilidade de oferta de estágio internacional para discentes do PPGGPP deverá ser consequência dos termos de cooperação institucional a serem firmados com base do desenvolvimento do processo de internacionalização do Programa.

Período: 2023 - 2025

Indicador de avaliação: Acompanhamento do quantitativo de instituições e egressos conveniados a Rede.

Como se trata do primeiro Planejamento Estratégico elaborado pelo PPGPP, em sua concepção inicial optou-se pela não inserção de parceiros externos ao Programa como agentes ativos do processo de estabelecimento das ações prioritárias. Todavia, acredita-se que, com o desenvolvimento das ações previstas no Planejamento, que por si mesmas já implicam no envolvimento destes parceiros externos, eles deverão ser convidados a integrar os processos de revisão e avaliação da execução do Planejamento ao longo do período.

Também é importante ressaltar que as ações consideradas prioritárias para o desenvolvimento do PPGPP no período 2022 – 2025 e que estão elencadas em seu Planejamento Estratégico poderão sofrer revisão, ajustes e acréscimos de acordo com os resultados dos processos de autoavaliação do Programa que serão conduzidos ao longo do novo ciclo avaliativo, conforme também ocorreu notadamente ao final da última quadrienal da CAPES.

APÊNDICE 3

INSTRUÇÃO NORMATIVA PPGPP 02/2021

Institui a Política de Autoavaliação do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O Coordenador do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social no uso de suas atribuições, considerando a Resolução CONAC 10/2021 que Institui o Plano Institucional de Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e com base na deliberação extraída da reunião ordinária do Colegiado do PPGPPSS realizada em 17 de abril de 2021 institui a Política de Autoavaliação no âmbito do PPGPPSS regida pelos seguintes termos:

Art. 1º Princípios da Política de Autoavaliação do PPGPPSS:

- I. O processo de autoavaliação do PPGPPSS deverá ter caráter formativo e permitir a participação ampla e democrática de todos os segmentos do Programa;
- II. O processo de autoavaliação do PPGPPSS deve considerar os processos de avaliação institucionais, articulando-se para isso com a Comissão Própria de Autoavaliação (CPA) e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFRB;
- III. O processo de autoavaliação do PPGPPSS deverá contemplar as seguintes dimensões recomendadas pela CAPES: Programa; Formação e Impacto na Sociedade;
- IV. O PPGPPSS deverá garantir a ética na condução do processo de autoavaliação e a divulgação ampla e transparente de seus resultados.

Art. 2º A Política de Autoavaliação do PPGPPSS deverá pautar-se nas seguintes diretrizes

- I. A autoavaliação do PPGPPSS deverá constituir-se em processo dinâmico, conceituado e autogerido pela comunidade acadêmico-científica do Programa;
- II. O processo de autoavaliação deverá monitorar a qualidade do Programa, mediante acompanhamento de seus aspectos formativos, sua produção de conhecimento, sua atuação e seu impacto político, educacional, cultural, econômico e social;
- III. O processo de autoavaliação deverá nortear o PPGPPSS quanto ao andamento do cumprimento de seu Planejamento Estratégico, em termos de objetivos para o ciclo avaliativo em andamento.

Art. 3º O processo de autoavaliação do PPGPPSS será conduzido por uma Comissão Permanente de Autoavaliação, designada pelo Colegiado do Programa e composta pelos seguintes membros:

- a) Representante do corpo docente permanente do Programa;
- b) Representante do corpo discente do Programa;

- c) Representante dos egressos do Programa;
- d) Representante do corpo de Servidores Técnico-administrativos diretamente ligados ao Programa;
- e) Representante docente do Colegiado do Programa.

§ 1º Para definição das representações a) e b) será aberto processo de consulta a cada categoria para identificação dos interessados. Em caso de manifestação de mais de um interessado, em cada categoria, será escolhido como membro da Comissão aquele que tiver mais tempo de vínculo com o Programa.

§ 2º Para definição da representação c) será aberto processo de consulta a categoria para identificação dos interessados. Em caso de manifestação de mais de um interessado, será escolhido aquele que mantém vínculo empregatício com instituição pública na seguinte ordem de prioridade: nível municipal, nível estadual e nível federal e maior tempo na condição de egresso (o tempo é o critério de desempate??).

§ 3º A representação d) será ocupada pelo Servidor Técnico-administrativo com maior tempo de vinculação direta com o Programa;

§ 4º Assumirá a representação e) o docente membro do Colegiado do Programa indicado pela maioria simples deste.

Art. 4º Por questões éticas o Coordenador e Vice coordenador do Programa estão impedidos de atuarem como representantes na Comissão Permanente de Autoavaliação do PPGPPSS.

Art. 5º O mandato de cada membro da Comissão Permanente de Autoavaliação do PPGPPSS será de um ano, podendo ser reconduzido por mais um, em caso de manifestação de interesse.

Art. 6º Em caso de vacância em alguma das vagas de representação será convidado a compor a Comissão o interessado que ficou posicionado em segundo lugar, de acordo com os critérios definidos para sua categoria. Em caso de inexistência desta segunda colocação será procedida nova consulta à respectiva categoria para preenchimento da vaga.

Art. 7º Em termos de procedimentos a autoavaliação do PPGPPSS considerará a determinação da CAPES, que visa contrastar as impressões dos diferentes segmentos sobre a qualidade geral de formação do discente em relação à proposta do Programa. Assim, a autoavaliação deverá ser desenvolvida de forma sistemática e contínua, e sua abordagem deve viabilizar a participação ampla e democrática de todos os segmentos do Programa, estimulando a obtenção de aprofundamentos de natureza qualitativa e contextualizada acerca do desenvolvimento do curso. Desta forma, o processo de autoavaliação será desenhado para culminar em um evento de edição anual denominado Seminário de Avaliação e Planejamento Estratégico do PPGPPSS, a ser realizado sempre no segundo semestre do ano. Todas as ações de autoavaliação a serem desenvolvidas ao longo do ano deverão fornecer subsídios ao Seminário de Avaliação e Planejamento Estratégico do PPGPPSS.

Art. 8º A Comissão Permanente de Autoavaliação do PPGPPSS será responsável pelo processo de autoavaliação anual do Programa que será norteado pelo Plano Anual de Autoavaliação, que por sua vez deverá detalhar os procedimentos e instrumentos de levantamento de informações a serem adotados,

tais como entrevistas, metodologias participativas, questionários e outros. O Plano Anual de Autoavaliação do PPGPPSS deverá ser aplicado junto a docentes, discentes, egressos, servidores técnico-administrativos e gestores do Programa. O Plano Anual de Autoavaliação deverá prever a realização do Seminário de Avaliação e Planejamento Estratégico do PPGPPSS como uma de suas etapas.

Art. 9º A Comissão Permanente de Autoavaliação do PPGPPSS deverá assegurar que o Seminário de Avaliação e Planejamento Estratégico incentive e contemple a participação de membros da comunidade regional e parceiros externos do Programa, como forma de também ter acesso a percepção deles acerca do impacto social do Programa.

Art. 10. O cronograma anual do processo de autoavaliação do Programa, elaborado pela Comissão de Autoavaliação do PPGPPSS deverá ser apreciado pelo Colegiado até a reunião ordinária do mês de março.

Art. 11. Caberá a Coordenação do Programa empenhar esforços em viabilizar ou buscar apoio das demais instâncias institucionais para viabilizar o processo de autoavaliação do PPGPPSS.

Art. 12. Os resultados parciais dos processos de autoavaliação serão sistematizados em relatórios próprios e divulgados no Seminário de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do Programa. Posteriormente ao evento, caberá a Comissão de Autoavaliação do PPGPPSS elaborar o relatório anual e submetê-lo as instâncias deliberativas do Programa e da instituição, viabilizando também sua ampla divulgação junto à comunidade acadêmica do Programa.

Art. 13. Caberá ao Colegiado do PPGPPSS viabilizar a inserção das contribuições do processo de autoavaliação no Planejamento Estratégico do Programa bem como no processo de tomada de decisões para definição de ações de melhoria do Curso visando seu aprimoramento qualitativo.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Colegiado do PPGPPSS.

Cruz das Almas, 17 de abril de 2021.

Prof. Alexandre A. Almassy Junior
Coordenador PPGPPSS

APÊNDICE 4

Quadro Resumo – Estrutura Curricular
Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas
PPGGPP

Nome Componente Curricular	Disciplina	Atividade	Obrigatória	Optativa	Carga Horária	Crédito	Teórica	Prática	Teórica e Prática
Análise de Políticas Públicas	X	-	X	-	51	3	X	-	-
Metodologia do Trabalho Científico Aplicada a Gestão de Políticas Públicas	X	-	X	-	51	3	X	-	-
Gestão Pública	X	-	X	-	51	3	X	-	-
Economia do Setor Público	X	-	X	-	51	3	X	-	-
Avaliação de Políticas Públicas	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Dinâmica das Organizações	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Estados de Bem-Estar Social	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Políticas de Educação no Brasil	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Políticas Educativas, Instituições e Atores Sociais	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Políticas Sociais	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Desenvolvimento Local Sustentável	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Direito Ambiental	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Educação Ambiental e Políticas Públicas	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Planejamento e Gestão Ambiental	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Política, Planejamento e Gestão do Saneamento	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Sistemas Agroalimentares e Políticas Públicas	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Ciência, Tecnologia e Inovação: Conceitos Básicos	X	-	-	X	51	3	X	-	-
CTI Aplicada à Tecnologia Assistiva	X	-	-	X	51	3	X	-	-

Nome Componente Curricular	Disciplina	Atividade	Obrigatória	Optativa	Carga Horária	Crédito	Teórica	Prática	Teórica e Prática
CTI no Setor Público	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Empreendedorismo e Inovação Tecnológica	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Gerenciamento de Projetos em CTI	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Inovação e Tecnologia Social	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Metodologia e Ferramentas para o Desenvolvimento de Novos Produtos e Novos Negócios	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Política, Planejamento e Gestão em CTI	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia: Conceitos e Aplicações	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Tópicos Avançados em Gestão de Políticas Públicas I	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Tópicos Avançados em Gestão de Políticas Públicas II	X	-	-	X	51	3	X	-	-
Proficiência em Língua Inglesa em Gestão de Políticas Públicas	-	X	X	-	17*	-	X	-	-
Pesquisa Orientada em Gestão de Políticas Públicas	-	X	X	-	34*	-	X	-	-
Exame de Qualificação em Gestão de Políticas Públicas	-	X	X	-	17	1	X	-	-
Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Políticas Públicas	-	X	X	-	51	3	-	-	X
Formação Continuada sobre Gestão de Políticas Públicas em Contextos Profissionais	-	X	X	-	34	2	-	-	X

*Carga Horária de dedicação do docente responsável

